



**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA**

**GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**BEATRIZ PACHECO NUNES**

**A FEMINILIDADE NO PATRIARCADO: POR OUTRAS POSSIBILIDADES NOS  
MODOS DE EXISTIR DA MULHER**

**RIO DE JANEIRO  
2021**

BEATRIZ PACHECO NUNES

A FEMINILIDADE NO PATRIARCADO: POR OUTRAS POSSIBILIDADES NOS MODOS  
DE EXISTIR DA MULHER

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Psicologia do curso de graduação em Psicologia da  
Universidade Veiga de Almeida.

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DRA. ANALICIA MARTINS DE SOUSA

RIO DE JANEIRO  
2021

Nunes, Beatriz Pacheco

A feminilidade no patriarcado: por outras possibilidades nos modos de existir da mulher / por Beatriz Pacheco Nunes. - 2021

Orientadora: Analicia Martins de Sousa

Monografia (graduação) – Universidade Veiga de Almeida,  
Curso de graduação em Psicologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

1. GÊNERO. 2. FEMINISMO. 3. FEMINILIDADE. 4. PSICOLOGIA SOCIAL.

I. Sousa, Analicia Martins de (orientadora). II. Universidade Veiga de Almeida.  
Curso de Graduação em Psicologia. III. A feminilidade no patriarcado: por outras possibilidades nos modos de existir da mulher

BEATRIZ PACHECO NUNES

A FEMINILIDADE NO PATRIARCADO: POR OUTRAS POSSIBILIDADES NOS MODOS  
DE EXISTIR DA MULHER

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Psicologia do curso de graduação em Psicologia da  
Universidade Veiga de Almeida.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora Prof.<sup>a</sup>. Dra. Analícia Martins de Sousa  
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA

---

Avaliadora Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ligia Cláudia Gomes de Souza  
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA

---

Avaliadora Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sharon Varjão Will  
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA

## **AGRADECIMENTOS**

Meu primeiro agradecimento vai para minha avó, que é a mulher que eu mais admiro no mundo e é um exemplo de ser humano para mim, sempre generosa e amável com todos. Agradeço também minha mãe, que juntamente com a minha avó, esteve sempre ao meu lado, principalmente nos dois últimos anos, que não foram fáceis, e me apoiou nas minhas decisões, sempre incentivando a seguir meus sonhos. Além delas, agradeço meus primos, que podem não saber disso, mas são minha fortaleza e meu motivo para continuar.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer às minhas amigas, que me apoiaram, me ouviram, estiveram do meu lado nos momentos difíceis, me ajudaram a construir esse trabalho, trazendo novos pontos de vista, novas referências e me acalmando em momentos de ansiedade. Vocês não fazem ideia de quão grata eu sou por ter cada uma de vocês na minha vida.

Falando em ansiedade, gostaria de agradecer à minha psicóloga, que me ouviu falar sobre essa monografia em toda sessão e sabe quão difícil foi para mim enfrentar um tema tão complicado de se falar.

Não poderia deixar de fazer meu agradecimento à minha orientadora Analícia Martins por me auxiliar a realizar esse trabalho e por ser uma excelente professora e psicóloga, que compreende a Psicologia enquanto uma profissão política voltada para a transformação social. Agradeço também a Sharon Will e Ligia Cláudia, que aceitaram participar da minha banca de avaliação, pois são duas professoras igualmente incríveis que tive a honra de ter sido aluna durante a graduação. Minha eterna admiração e carinho às três.

Agradeço à todas as mulheres. Mulheres que sobrevivem diariamente às violências desse mundo. Mas principalmente às mulheres que não reproduzem feminilidade, às mulheres lésbicas, às mulheres feministas e à todas que visam quebrar com as expectativas do patriarcado sobre nós. Minha eterna gratidão a todas que vieram antes de nós para que hoje eu pudesse escrever essa monografia. Há um caminho longo ainda pela frente com novos desafios, mas aos poucos chegaremos em um mundo melhor para todas nós.

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (Simone de Beauvoir)

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar de que forma a noção de gênero, construída socialmente, impacta na subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem a feminilidade, ou seja, não seguem os estereótipos de gênero impostos às mulheres. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando referências importantes tanto para as questões relativas ao sexo e gênero quanto para a Psicologia Social, área da Psicologia escolhida aqui para analisar a presente questão. A escolha do tema se deu devido a sua importância social, compreendendo que questões de gênero impactam mulheres desde seu nascimento, percebendo, portanto, que mulheres que negam os estereótipos da feminilidade no patriarcado também são impactadas em sua subjetividade. Buscou-se primeiramente diferenciar os conceitos de sexo e gênero ao longo da história, adotando a perspectiva da segunda onda do feminismo, visão esta que se relaciona com o feminismo radical e a questão do abolicionismo de gênero. Em seguida, adentrou-se na questão da feminilidade, compreendendo seus aspectos sociais e físicos. Por último procurou-se compreender de que forma esse debate se relaciona com a Psicologia Social e a noção de subjetividade, trazendo materialidade para o trabalho com notícias que exemplificam de que forma, portanto, o gênero impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem feminilidade em seus aspectos físicos. Como conclusão, constatou-se que é importante que psicólogos tenham em mente que questões de gênero impactam diretamente a subjetividade de mulheres que não reproduzem feminilidade. Tendo isso em vista, observou-se também que a Psicologia Social compreende o ser humano enquanto possível transformador social e essas mulheres que se desvencilham dos aspectos físicos da feminilidade o fazem quando não seguem o que o poder hegemônico impõe.

**Palavras-chave:** Gênero. Feminismo. Feminilidade. Psicologia Social.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze how the gender, that is socially constructed, impacts on the subjectivity of western women who don't reproduce femininity and don't follow the gender stereotypes imposed on women. For that, a bibliographical research was made, using important references both for questions related to sex and gender and for Social Psychology, the área of Psychology chosen here to analyze this question. The theme was chosen due to its social importance, understanding that gender issues impacts women since their birth, therefore, realizing that women who deny the stereotypes of femininity in patriarchy are also impacted in their subjectivity. First, the presente paper tried to differentiate the concepts of sex and gender throughout history, adopting the perspective of the second wave of feminism, a view that relates to radical feminism and the issue of gender abolitionism. Then, it went into the issue of femininity, understanding its social and physical aspects. Finally, this work tried to understand how this debate relates to Social Psychology and the subjectivity, bringing materiality to this work with news that exemplifies how, therefore, gender impacts the subjectivity of western women who don't reproduce femininty in its physical aspects. In conclusion, it was found that it is important that psychologists to bear in mind that gender issues directly impacts the subjectivity of women who do not reproduce femininity. With that in mind, it was also observed that Social Psychology understands the human being as a possible social transformer and these women who detach themselves from the physical aspects of femininty do so when they do not follow what the hegemonic power imposes.

**Descriptors:** Gender. Feminism. Femininity. Psychology Social.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. SEXO E GÊNERO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS.....	13
2. FEMINILIDADE E SEUS ASPECTOS .....	25
3. PSICOLOGIA SOCIAL E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO DE GÊNERO .....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
REFERÊNCIAS.....	54

## INTRODUÇÃO

A questão de estudo que norteará o presente trabalho é de que forma a noção de gênero impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem a feminilidade, ou seja, o papel de gênero feminino.

A escolha do tema abordado na presente monografia vem a partir de questionamentos feitos ao longo da minha trajetória de vida, em que sempre tentei compreender como o gênero me impactava na minha vida cotidiana. Os questionamentos sobre gênero me atravessam desde 2015, antes mesmo de entrar na faculdade, e minha visão sobre o assunto foi se transformando ao longo dos anos até chegar ao que é hoje em dia. Há questões que envolvem as mulheres ocidentais quando se trata de gênero e não reprodução da feminilidade, ou seja, a não reprodução de papéis de gênero, que são pouco enxergadas, principalmente em tempos em que o significado do que é ser mulher se torna tão confuso.

Esse assunto tem extrema importância porque a feminilidade impacta a subjetividade das mulheres ocidentais diariamente, muitas vezes de forma quase que invisível. A mulher que não reproduz a feminilidade e não segue os padrões de gênero que são impostos a elas na sociedade, seja no aspecto físico ou comportamental, encontram dificuldades específicas ao longo de sua vida, como, por exemplo, ter seu sexo biológico questionado, ou seja, questionam se de fato esta mulher é uma mulher, simplesmente por não seguir os padrões. Todas essas questões de gênero impactam a subjetividade dessas mulheres, muitas vezes afetando sua autoestima, sua autoimagem, a forma como enxergam o seu sexo biológico, causando dificuldades maiores para conseguirem emprego, entre outros.

O objetivo desse trabalho é analisar de que forma a noção de gênero, construída socialmente, impacta na subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem a feminilidade, ou seja, que não seguem os estereótipos de gênero imposto às mulheres. O trabalho visa comparar os conceitos de sexo e gênero, explicar o modelo de feminilidade, compreender o conceito de subjetividade à luz da Psicologia Social e debater a respeito do abolicionismo de gênero.

O método escolhido para compreender de que forma a noção de gênero impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem o modelo hegemônico de feminilidade será a pesquisa bibliográfica.

O gênero pode ser entendido como uma construção social e a relação desse conceito com a feminilidade torna-se clara quando se entende que ambos são impostos às mulheres. As mulheres ocidentais são submetidas desde a infância a padrões físicos e comportamentais, que são os esperados do seu gênero. Tendo isso em vista, o capítulo 1 discutirá a diferença entre os conceitos de sexo e gênero, apontando nos diferentes momentos da história de que forma esses conceitos são percebidos no Ocidente a partir das perspectivas da primeira, segunda e terceira onda do movimento feminista, tendo como foco a visão de gênero da segunda onda feminista, também conhecido como feminismo radical.

O capítulo 2 abordará a questão da feminilidade, sendo os aspectos comportamentais e sociais brevemente explicados, aprofundando-se mais nos aspectos físicos desta. Os aspectos sociais da feminilidade impostos às mulheres que serão expostos neste capítulo serão a heterossexualidade compulsória, a maternidade compulsória, o casamento e a submissão. No que se refere ao cerne da questão, ou seja, os aspectos físicos da feminilidade, serão abordadas questões relacionadas às práticas de beleza, como moda, depilação, maquiagem, cirurgias estéticas, entre outros.

Já no que se refere ao capítulo 3, será explicada um pouco da história da Psicologia Social, compreendendo as duas principais visões na área: a forma psicológica e a forma sociológica da Psicologia Social, sendo esta a perspectiva que será adotada no presente trabalho, visando uma compreensão histórica do sujeito, entendendo que sua subjetividade é construída em um contexto social. Será compreendido nesse capítulo de que forma, portanto, o gênero impacta a subjetividade de mulheres que não reproduzem a feminilidade em seus aspectos físicos, trazendo notícias que mostram isso. Além disso, compreender-se-á como a mulher possui capacidade de ser transformadora social ao, simplesmente, negar os estereótipos de gênero, podendo compreender também como o abolicionismo de gênero pode ajudar a luta das mulheres.

Com base na Psicologia Social, investigar essa questão é extremamente necessário, porque a construção da subjetividade é influenciada pelo meio social, ou seja,

questões de gênero impactam mulheres que não reproduzem os papéis de gênero, e sendo estas atravessadas por essas questões, psicólogos devem estar preparados para compreender esses atravessamentos e como estes afetam essas mulheres. É importante que, através do debate levantado no presente trabalho, se consiga repensar a mulher como um ser de possibilidades para além do que se é esperado.

## 1. SEXO E GÊNERO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Os conceitos de sexo e gênero são historicamente explicados de diversas formas e, atualmente, ainda possuem diferentes perspectivas acerca do assunto. É imprescindível que se compreenda essas diferenças para que se possa entender de que forma a noção de gênero impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem feminilidade, ou seja, o papel de gênero feminino. Portanto, será aqui analisado algumas perspectivas acerca dos temas sexo e do gênero.

Entre as definições da palavra sexo, encontra-se o “conjunto de características que, nos seres humanos, nos animais e nas plantas, distinguem o sistema reprodutor; seus contrastes e suas interações (sexo feminino/masculino)” (AULETE, 2011, p. 1259), ou seja, entende-se que sexo é algo biológico referente às características do sistema reprodutor, podendo ser feminino ou masculino.

A visão que se possui a respeito do sexo hoje vem de longos anos de estudo. Laqueur (2001) expõe que desde a antiguidade até o século XVII acreditava-se haver apenas um sexo, sendo as diferenças entre masculino e feminino mais políticas do que biológicas. O autor aponta que os estudos a respeito do sexo se iniciaram com os corpos masculinos, visando entender a estrutura básica do corpo, sendo os corpos femininos vindos a ser estudados apenas em 1759, porém os corpos masculinos já haviam sido estabelecidos enquanto padrão e esse estudo já estava marcado pelo gênero, mesmo que na época ainda não se usasse esse termo, compreendendo que o sexo masculino detinha o poder e o sexo feminino era subalterno. Pode-se compreender, portanto, que o conceito de sexo tem sua origem na opressão de mulheres, e, mesmo antes de o conceito de gênero ser criado, ele já afetava a vida de mulheres.

Segundo Moreira (2013), o que determina o sexo biológico em mamíferos é a presença (ou não) do cromossomo Y, sendo as células femininas compostas por dois cromossomos X e as células masculinas um X e um Y. A autora postula que a primeira determinação do sexo ocorre na fecundação, com a presença dos cromossomos sexuais transmitidos pelos gametas parentais, e os órgãos sexuais se diferenciam por volta das sete semanas do desenvolvimento embrionário. Tendo isso em vista, Beauvoir (2016, v. 1, p. 16) defende que “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico, e não um

momento da história humana.” Compreendendo que a categoria de sexo foi criada já com base nas categorias de gênero, ela pode ser compreendida também como um momento da história humana, mas entendendo que existem, de fato, diferenças biológicas entre os sexos, ou seja, apesar de os estudos a respeito do tema terem sido iniciados por causa da opressão que mulheres já sofriam, os sexos masculino e feminino possuem diferenças entre si.

Nesse sentido, Millett (1970, p. 53) afirma que o que diferencia os dois sexos é “o sistema de reprodução, os caracteres sexuais secundários, a capacidade de orgasmo e a estrutura genital e morfológica”, afirmando assim que, tirando essas características, ambos seriam iguais. Ressalta-se então que o sexo, sendo entendido como algo biológico, divide os seres humanos em duas categorias: machos (sexo masculino) e fêmeas (sexo feminino). Há também o caso da pessoa intersexual, que “diz-se do indivíduo que apresenta características de ambos os sexos; intersexuado” (AULETE, 2011, p. 808). Ainda quando se fala de intersexo, Beauvoir (2016, v. 1, p. 43) expõe que há diversos casos em que o ser é ao mesmo tempo macho e fêmea e que a intersexualidade está presente tanto nos animais quanto nos seres humanos. A discussão torna-se ainda mais complexa quando se trata de gênero, porque o conceito de gênero e sua origem trazem algumas questões a mais.

É importante ressaltar que o conceito de gênero como é conhecido hoje não foi sempre entendido dessa forma. Conforme esclarecem Lattanzio e Ribeiro (2018), o conceito de gênero foi introduzido pela primeira vez pelo psicólogo e sexólogo estadunidense John Money na década de 1950 ao tentar diferenciar o que ele chamava de sexo anatômico do sexo psicológico, sendo este último hoje em dia entendido como o gênero. Jeffreys (2014, tradução nossa) aponta que o termo gênero é por si só problemático, visto que John Money ao utilizar esse termo visava atribuir ao sexo feminino ou ao sexo masculino características comportamentais que considerava mais apropriadas, tendo como objetivo encaixar crianças nascidas intersexuais em alguma dessas categorias sexuais.

A relação entre sexo e gênero foi se transformando ao longo dos anos e isso se deve, principalmente, à teoria feminista. A história do movimento feminista se divide em três ondas, porém é importante ressaltar, conforme o pensamento de Koller e Narvaz

(2006, p. 650), que “as três gerações do feminismo, quer em seus aspectos políticos quer nos teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear”, ou seja, que apesar de ter-se dividido desta forma, ainda hoje em dia o movimento feminista possui diversas vertentes e diversas pautas das três ondas que são relevantes e se fazem presentes.

A perspectiva de Batista, Leão e Silva (2020) aponta para algumas autoras que contribuíram para o desenvolvimento da teoria feminista. A respeito da primeira onda, os autores citam como principais autoras Mary Wollstonecraft, Flora Tristán, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Emma Goldman e Sojourner Truth. Já na segunda onda os autores afirmam que as principais foram Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Kate Millett e Shulamith Firestone. E quando se trata da terceira onda eles trazem Judith Butler (uma das principais autoras da teoria queer), Angela Davis e Bell Hooks.

Silva (2008) investiga que a primeira onda do feminismo, sendo associado principalmente às pautas do que, posteriormente, viria a ser conhecido como feminismo liberal, surgiu com a Revolução Francesa no séc. XVIII e tomou força no séc. XIX, se estendendo até meados do séc. XX. A autora defende que a primeira onda do feminismo se caracterizava pela busca por direitos políticos, como por exemplo o direito ao voto, este tendo como um dos principais marcos o movimento sufragista, além da busca por direitos à educação pública e questões sociais relacionadas à família, como a proteção à maternidade, e ao trabalho, como os direitos das mulheres trabalhadoras.

Durante as décadas de 60 e 70 surge a segunda onda do feminismo, tendo como principais pautas as do que, posteriormente, seria conhecido como feminismo radical. As feministas radicais lutavam e lutam por questões em diversos âmbitos, sendo algumas delas a legalização do divórcio, a reivindicação de creches para os filhos das trabalhadoras, questões relacionadas à reprodução, à descriminalização do aborto, à criminalização da violência contra mulheres e, a pauta que mais se relaciona com o tema do presente trabalho, o abolicionismo de gênero, que será analisado mais adiante. Além disso, o feminismo radical tem como pautas a antipedofilia e a abolição da prostituição e da pornografia. De acordo com Laurenti e Oka (2018), na década de 70, a separação entre sexo e gênero foi muito marcada pela teoria feminista, com o objetivo de questionar o determinismo biológico, ou seja, o fato de que a justificativa para a opressão sofrida por

mulheres estaria em seu sexo biológico, fazendo assim com que essa justificativa se deslocasse para as condições culturais em que as violências que as mulheres sofrem, sejam físicas ou psicológicas, se manifestam, ou seja, no gênero. Scott (1995) postula que as feministas americanas, ao começarem a utilizar o termo gênero, queriam enfatizar as diferenças sociais baseadas no sexo, e este termo enfatizava também o “aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p. 72).

Jeffreys (2014, tradução nossa) expõe que nessa época o termo gênero foi adotado por algumas teóricas feministas e era comumente utilizado para indicar a diferença entre o sexo biológico e as características construídas socialmente derivadas da política. Uma das pautas do feminismo surgido nessa época era justamente abolir essas características construídas socialmente, ou seja, o gênero, entendendo que este foi criado para oprimir mulheres. Silva (2008) postula que o feminismo de segunda onda compreendia que a origem/raiz da desigualdade sexual estava no patriarcado, na dominação dos homens para com as mulheres. Defendia-se que o patriarcado tinha como uns de seus pilares a família heterossexual e a religião, que impunham temperamentos, status e papéis para cada sexo.

Scott (1995) investiga que para essas feministas o termo gênero é utilizado para designar relações sociais entre os sexos, compreendendo que não haveria explicação biológica para a subordinação feminina, ou seja, o termo gênero é utilizado para indicar a construção cultural de que há papéis adequados para homens e para mulheres, gênero seria uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Cameron e Scanlon (2014, p. 86, tradução nossa) afirmam que

o termo "gênero", como as feministas radicais sempre o entenderam, descreve opressão sistemática das mulheres, como um grupo subordinado, em benefício do grupo dominante: os homens. Isso não é um conceito abstrato - descreve as circunstâncias materiais de opressão, incluindo o poder masculino alojado em instituições e relacionamentos pessoais: por exemplo, a divisão desigual do trabalho, o sistema de justiça criminal, maternidade, família, violência sexual assim por diante.

Segundo Koller e Narvaz (2006), a terceira onda do feminismo surge em meados dos anos 80 sob a influência do pensamento pós-estruturalista e focava na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade, da produção discursiva da subjetividade, além



de pensar simultaneamente a igualdade e a diferença na constituição da subjetividade masculina e feminina. Nos anos 90, surge a teoria queer. De acordo com a perspectiva de Souza (2016), essa teoria emerge nas ciências humanas, indo depois para o campo das ciências sociais, tendo como base o pós-estruturalismo, citado aqui anteriormente, e tem como objetivo principal questionar as noções hegemônicas de identidade e de sujeito. O autor postula também que a expressão teoria queer foi usada primeiramente por Teresa de Lauretis em 1990 ao tentar ressignificar a palavra queer e inseri-la no âmbito científico, visto que este termo possuía um tom pejorativo. Além disso, o autor traz que a teoria queer possui um significado sempre inacabado, porque ela é por definição a problematização e resistência ao que é considerado normal, é uma resposta ao universalismo, ao binarismo e ao essencialismo presentes na concepção de sujeito do iluminismo/humanismo. Silva (2008) aponta que o objeto de estudo do feminismo deixa de ser a mulher universal para ser as mulheres plurais. “Com isso, desloca-se o campo de estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero” (KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 649).

Tendo isso em vista, percebe-se que a teoria feminista é diversa e, como em outras pautas do movimento, a questão do gênero divide opiniões. Há duas perspectivas principais quando se trata de gênero, sendo uma a do feminismo radical (década de 1970) e a outra da teoria queer (década de 1990). Nesse caso, o presente trabalho tem como base a perspectiva da segunda onda feminista, ou seja, do feminismo radical. Essa escolha tem como base a visão crítica a respeito da concepção de gênero para a teoria queer e a concordância com o conceito de gênero como é enxergado pelo feminismo radical, como algo a ser abolido, pauta esta que será vista mais adiante.

Cameron e Scanlon (2014, tradução nossa) expõe que o conceito de gênero para o feminismo radical pode ser definido como um sistema de poder que se divide binariamente entre homens e mulheres, baseado no sexo biológico, sendo sua origem de ordem social, visto que as noções de masculinidade e feminilidade são diferentes dependendo da cultura, do local e da época. Os autores postulam que a noção de gênero para a teoria queer pode ser definido como um aspecto da identidade individual, ou seja, que ao nascer a pessoa recebe um gênero baseado em seu sexo biológico, porém ao longo de sua vida pode modificar isso, se identificando com o gênero oposto, nenhum

gênero, vários gêneros, entre outros. A perspectiva de Jeffreys (2014, tradução nossa) aponta que teóricos pós-modernos e queer entendem o gênero como algo em que se pode entrar, sair ou trocar, ou seja, o gênero, dessa forma, desaparece com a fixidez do sexo, a base biológica que está por trás da opressão que mulheres por causa de sua biologia desde o nascimento.

Butler (2016, p. 52) argumenta que “[...] o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu [...]”. Ressalta-se, adotando a perspectiva da segunda onda feminista, que o gênero é compreendido como uma construção social e o sexo como uma realidade biológica, portanto entende-se que ambos não deveriam se relacionar diretamente, sendo coisas distintas em que um independe do outro, ou seja, dizer que o sexo exige um gênero é problemático, já que a categoria de gênero, dividindo a sociedade em homens e mulheres, foi socialmente construída com um propósito: a dominação dos homens para com as mulheres. Considerando isso, Beauvoir (2016, v. 1, p. 95), afirma que

quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; [...] se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher.

Quando Butler (2016, p. 30) aponta que “não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero”, a autora apresenta uma visão um pouco irrealista, porque apesar de se pensar que o corpo de fato é apenas um corpo, são aqui desconsideradas, por exemplo, diferenças biológicas entre machos e fêmeas, que existem em diversas espécies, incluindo os seres humanos. Além disso, ao realizar essa afirmação, a autora retira também o contexto social em que esses corpos se encontram, ou seja, o patriarcado, que impõe desde o nascimento da mulher, a partir da sua condição biológica, um roteiro a ser seguido, com regras estabelecidas, que são justamente o gênero. Em outras palavras, o corpo, inserido em uma cultura, desde antes mesmo do nascimento já possui uma existência significável, porque às mulheres é imposto, por exemplo, que por serem do sexo feminino, elas deverão ser mães, por causa da sua biologia.

Conforme o pensamento de Beauvoir (2016, p. 65), “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco

que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade [...]”. Compreende-se, portanto, que há uma diferença biológica entre os sexos, porém é o contexto social que fez e faz com que o corpo da mulher seja uma razão para oprimi-la. Lerner (1986, p. 18, tradução nossa) investiga que a “menstruação, menopausa e até gravidez eram vistas como debilitantes, doenças ou condições anormais, que incapacitavam as mulheres e as tornavam de fato inferiores”. Bourdieu (2019) postula que os anatomistas do século XIX tentavam encontrar no corpo da mulher a justificativa para a posição social que lhes era imposta, tentando compreender isto através de conceitos como, por exemplo, sensibilidade e razão, passividade e atividade. Ambos os pensamentos mostram que há muito tempo na nossa sociedade a mulher é vista como inferior devido ao sexo biológico, sendo imposto a elas, assim, funções sociais, comportamentos e um destino para sua vida e seu corpo.

Beauvoir (2016, v. 1, p. 112) expõe que “[...] o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos.” Ou seja, o fato de que mulheres engravidam e menstruam, por exemplo, fez com que os homens se vissem no direito de se afirmarem superiores e oprimissem mulheres. Conforme defendido por Millett (1970), caso tivesse ocorrido, de fato, uma revolução sexual, esta teria tornado a queda do patriarcado possível, já que essa ideologia funciona através das diferenças de socialização impostas aos sexos. “A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela [...]” (BEAUVOIR, 2016, v.1, p. 199).

A perspectiva de Cameron e Scanlon (2014, tradução nossa) aponta que as mulheres sofrem de uma opressão em comum baseada em seus corpos, porém ressaltam que essa categoria existiria apenas durante o tempo em que mulheres forem oprimidas enquanto mulheres, para que possam ter uma identidade política comum e que saibam estabelecer a luta que deve ser feita para se tornarem resistência à essa opressão. Em outras palavras, as categorias de mulher e homem só existem enquanto existir a opressão de gênero, compreendendo que, a partir do momento em que essa

hierarquia se extingue, assim ocorre também com essas categorias. O que sobraria, assim como ocorre em outros animais na natureza, são as diferenças sexuais, que devem ser consideradas para que se possa cuidar das especificidades que cada sexo biológico apresenta, porém essas diferenças não mais seriam utilizadas como justificativa para a opressão de um sexo pelo outro. Para Wittig (1992, p. 38)

[...] as mulheres são uma classe, o que significa que as categorias 'homem' e 'mulher' são categorias políticas e econômicas e não eternas. Nossa luta tenta fazer desaparecer homens como classe, não como um genocídio, mas com a luta política. Quando a classe 'homens' desaparece, 'mulheres' como classe também desaparecerá, porque não há escravos sem senhores.

Ressalta-se, portanto, que fêmeas e machos possuem diferenças biológicas, como dito anteriormente, porém isso não pode justificar a opressão que fêmeas sofrem. Fêmeas são apenas fêmeas, entretanto se tornam “mulheres” quando se atrela essa ideia de gênero a elas, mesmo que anteriormente não fosse nomeado dessa forma. Dworkin (1974, p. 107, tradução nossa) afirma que “um sexo se tornou masculino por virtude de fazer o outro sexo outra coisa, algo diferente, algo completamente polar a si, algo chamado feminino”. Ou seja, o homem desde o início se colocou hierarquicamente acima de mulheres, criando essas categorias de gênero. É nesse sentido que Beauvoir (2016, v. 1, p. 95) expõe que “o mundo sempre pertenceu aos machos”.

Para Lerner (1986, p. 16, tradução nossa), “tradicionalistas, seja trabalhando sob uma óptica religiosa ou ‘científica’, consideraram a submissão das mulheres como algo universal, determinado por Deus ou natural, portanto, imutável”. É importante que se compreenda que há diversos fatores que visam explicar o fato de colocarem as mulheres em posição hierárquica inferior aos homens, porém nenhuma delas é real, visto que mulheres não são inferiores simplesmente por menstruarem ou por engravidarem, por exemplo. Apesar de isso significar uma diferença, não significa que devam ser consideradas subordinadas aos homens por isso. Millett (1970, p. 77) investiga que “[...] conservadores [...] afirmam que o patriarcado é a forma original e ‘natural’ da sociedade”. Isso se dá porque a sociedade foi moldada para que as pessoas pensem dessa forma, que homens são hierarquicamente superiores às mulheres, e muitas pessoas desejam manter a sociedade dessa forma, por diversos motivos. Segundo Bourdieu (2019, p. 26), “a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino,

e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros [...]”.

Conforme o pensamento de Beauvoir (2016, v. 1, p. 101), “[...] homens e mulheres só têm existência religiosa, social e econômica como grupo; sua individualidade permanece um puro fato biológico”. Entretanto, é importante ressaltar novamente que essas diferenças biológicas foram uma das razões para que as mulheres fossem colocadas nessa posição de submissão, sendo assim, devido a isso, imposto a elas o que é adequado ou não para uma mulher. Haraway (2004, p. 211) defende que “a teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo”.

Butler (2016) argumenta em sua obra a respeito dos conceitos de identidade de gênero e performatividade de gênero, alegando que a identidade de gênero é performativamente construída. Isso significa dizer que a autora não compreende o gênero como uma opressão hierárquica de homens para com mulheres. Rocha (2014, p. 511) expõe que o conceito de identidade de gênero é “[...] uma sequência de atos sem ator ou autor preexistentes. A identidade, por exemplo, de mulher, é um devir, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de resignificação contínuas”. Pode-se discordar dessa ideia a partir do momento em que se conceitua o grupo de mulheres como fêmeas humanas adultas que foram socializadas enquanto mulheres.

A perspectiva de Millett (1970) aponta que a mulher é um produto do sistema que a oprime, ou seja, o gênero não é uma escolha, nem uma identidade. Mulheres não decidiram ser mulheres, homens não decidiram ser homens, isso é algo imposto na sociedade ocidental patriarcal desde o nascimento há muitos anos. Obviamente, compreende-se que mulheres são plurais e possuem necessidades específicas de acordo com raça e classe social, por exemplo, porém ainda sim a identidade mulher é imutável, enquanto houver opressão, justamente por ter sido um grupo criado a partir do sexo biológico feminino para ser oprimido pelo sexo biológico masculino.

A performance de gênero é explicada por Butler (2016, p. 56) da seguinte forma:

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado na metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é.

Os conceitos de identidade e performance de gênero são construídos na terceira onda do feminismo, a partir da década de 90, e tratam o gênero como uma escolha. Pode-se compreender que o conceito de identidade de gênero é baseado na performance do gênero, que seria a expressão que cada indivíduo possui, ou seja, entendendo que o binarismo de gênero não é algo possível, visto que essa identidade está em construção e apta a mudança a qualquer momento. Porém, como mencionado anteriormente, as análises feitas por Butler e pelo feminismo de segunda onda diferem quanto à perspectiva adotada ao se falar do conceito de gênero. Segundo Cameron e Scanlon (2014, tradução nossa), o feminismo radical é uma análise materialista que propõe o gênero, não produzido pela fala e performance, mas como um sistema em que um gênero (masculino) tem poder econômico e político, enquanto o outro (feminino) não o detém.

Para Butler (2016), a cultura faz com que certas identidades não possam existir, como por exemplo as de pessoas em que o gênero não decorre do sexo, entendendo que algumas dessas identidades de gênero pareçam ser falhas do desenvolvimento, por não seguirem às normas. Ou seja, Butler entende o gênero como uma performance passível de mudança, no sentido em que se poderia fluir ao longo da vida entre suas diversas possibilidades, seja o feminino, o masculino ou outros. Jeffreys (2014, p. 6, tradução nossa) afirma que “a ideia de ‘identidade de gênero’ desaparece com a biologia e todas as experiências que aquelas com biologia feminina têm, ao serem criadas em um sistema de castas baseado no sexo.”

Quando se compreende o gênero enquanto uma performance ou uma identidade, como na teoria de Butler, coloca-se o problema no binarismo de gênero, ou seja, a opressão estaria aí, e não no gênero em si. Isso é problemático porque quando se fala de feminismo é importante delimitar de quem é a luta, ou seja, quem está sendo oprimido, e quem é o opressor, porque senão ocorre o que aponta Beauvoir (2016, v. 1, p. 9), “a mulher está se perdendo, a mulher está perdida. Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam ou deveriam ocupar no mundo.”

Tanto no conceito da identidade de gênero quanto na performance de gênero pode-se notar a ideia de que “mulheres podem ‘performar’ a feminilidade e ‘brincar’ com o gênero” (JEFFREYS, 2005, p. 116, tradução nossa). Beauvoir (2016, v.1, p. 11) investiga que “se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também, a explicá-la pelo ‘eterno feminino’ e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher?” Quando a autora indaga isto, quer dizer que a mulher, apesar de ser biologicamente fêmea, não está finalizada em um destino biológico, ou seja, não nasceu por exemplo para a reprodução, e mostra também que não se pode explicar a mulher pelo que ela chama de “eterno feminino”, que seria o que chamam de essência feminina ou a feminilidade. O conceito de feminilidade será trabalhado melhor no segundo capítulo.

Conforme o pensamento de Cameron e Scanlon (2014, tradução nossa), há alguns pontos em comum entre o pensamento de Butler, ou seja, da teoria queer, e o feminismo radical, sendo alguns destes: a compreensão de que gênero e sexualidade são construídos socialmente e o reconhecimento que os papéis binários de gênero são opressivos. O que diverge as duas teorias, principalmente, é, de fato, que a análise do feminismo radical, perspectiva adotada no presente trabalho, compreende o gênero como uma ferramenta de opressão do patriarcado que deve ser abolida. Compreendendo-se, portanto, o gênero como uma construção social, pode-se perceber a relação direta entre a análise feminista abolicionista de gênero e a Psicologia Social, visto que ambas compreendem os indivíduos como seres de relação inseridos em um contexto social que os afeta. A relação entre a perspectiva abolicionista de gênero e a Psicologia Social será abordada mais profundamente no capítulo 3 do presente trabalho.

Tendo sido apresentada a diferença entre sexo e gênero e compreendendo o que faz uma mulher ser uma mulher, pôde-se perceber que a perspectiva de gênero aqui adotada impacta mulheres desde o nascimento, quando se impõe a elas o que elas devem fazer, falar, como devem se comportar, como devem aparentar, entre outros. Todas essas imposições podem ser chamadas de feminilidade. Para que se possa compreender de que forma o gênero impacta mulheres ocidentais que não reproduzem

essa feminilidade, se faz necessário analisar o que é essa feminilidade e quais são seus aspectos, o que será feito no próximo capítulo.



## 2. FEMINILIDADE E SEUS ASPECTOS

A partir da perspectiva adotada neste trabalho, de que gênero é construído socialmente para oprimir mulheres, busca-se compreender no presente capítulo o que é a feminilidade, ou o papel social de gênero feminino, como ela é criada e o lugar que a mulher ocupa na sociedade.

A feminilidade nada mais é do que o gênero feminino, ou seja, a imposição às mulheres desde o seu nascimento, devido à descoberta do sexo biológico, a uma série de coisas que limitam suas possibilidades, colocando-as em uma espécie de caixa com o que lhes caberia e o que não lhes é adequado. Beauvoir (2016, v. 2) aponta que a feminilidade significa doença, sofrimento, morte, e diz que esse destino a subjuga. De acordo com Jeffreys (2005, p. 20, tradução nossa), “a cultura ocidental é fundamentada na noção da diferença sexual: a ideia de que existe uma diferença essencial entre homens e mulheres, expressa nos comportamentos de masculinidade e feminilidade e suas práticas concomitantes.”

Beauvoir (2016, v. 1, p. 10) expõe que “todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”, ou seja, entende-se que a mulher enquanto gênero é uma construção social histórica, que se a pessoa do sexo feminino não estivesse inserida em uma cultura patriarcal de dominação masculina, não necessariamente ela seguiria os estereótipos de gênero, que é algo imposto a elas, e se tornaria mulher. “A grande dificuldade que tantas mulheres e homens têm em enxergar feminilidade e masculinidade como socialmente construídas ao invés de naturais, atesta a força e a potência da cultura.” (JEFFREYS, 2005, p. 21, tradução nossa) Tanto a feminilidade quanto a masculinidade são, muitas vezes, vistas como aspectos inatos às mulheres e aos homens, respectivamente, porém ambos, na verdade, são construídos culturalmente.

Segundo Dworkin (1974, p. 21, tradução nossa), “nós reconhecemos todos os comportamentos sociais como comportamentos aprendidos que funcionam como meio de sobreviver em um mundo sexista: nós pintamos a nós mesmas, sorrimos, pernas e bunda expostas, ter filhos, cuidar da casa [...]”. A autora traz, portanto, que quando mulheres biológicas aderem à feminilidade não é por escolha própria e sim como meio

de sobreviver em um mundo dominado por homens, então mulheres acabam adotando o padrão esperado. É importante ressaltar, portanto, que o meio social em que a mulher está inserida tem extrema relevância em como essas imposições afetam e, inclusive, constroem a subjetividade feminina. No capítulo seguinte será melhor compreendido, a partir da perspectiva da psicologia social, a respeito dessa subjetividade e como ela é impactada em mulheres que optam por não reproduzirem o modelo de feminilidade imposto a elas.

Graham (1994, p. 162 *apud* JEFFREYS, 2005, tradução nossa) investiga que o termo feminilidade tem relação com traços de personalidade de pessoas que, na sociedade, adotam comportamentos que agradam quem domina, no caso os homens, e esses comportamentos são caracterizados como femininos pelos homens. Esses comportamentos não são escolhidos, mas acabam sendo reproduzidos porque é o que se espera da mulher. Portanto, é importante ressaltar que, conforme aponta Jeffreys (2005, tradução nossa), quando se fala em feminilidade em homens, por exemplo, é uma situação diferente, visto que a feminilidade para as mulheres não é uma escolha, mas sim uma exigência da posição de subordinação que a mulher ocupa na sociedade.

Tendo isso em vista, nota-se que mulheres são obrigadas, seja de forma direta ou indireta, desde a infância a reproduzirem fisicamente e socialmente a feminilidade. Conforme a perspectiva de Beauvoir (2016, v. 2, p. 26)

[...] escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino [...], propõem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toalete, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento [...] Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de meninos, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas [...] Hoje, graças às conquistas do feminismo, torna-se dia a dia mais normal encorajá-la a estudar, a praticar esporte; mas [...] querem, pelo menos, que ela seja também uma mulher, que não perca sua feminilidade.

Compreende-se, então, que as mulheres são desde criança ensinadas a reproduzirem a feminilidade, seja em seus aspectos físicos ou comportamentais. Pode-se perceber isso pegando como exemplo as histórias de princesas como Branca de Neve, Rapunzel, Bela Adormecida e Cinderela, em que, para Dworkin (1974, tradução nossa), as princesas são caracterizadas por serem passivas, belas, vítimas, inocentes, as boas mulheres, que nunca pensam, agem, questionam, confrontam, desafiam ou sentem.

Millet (1970, p. 219) postula que “empreendem a glorificação da feminilidade, da família, da submissão da mulher e, sobretudo, da maternidade”.

Torna-se claro, portanto, que a feminilidade pode ser percebida tanto em aspectos comportamentais/sociais quanto em aspectos físicos, e ambos os aspectos estão conectados, ou seja, nota-se que o padrão de beleza se relaciona diretamente com alguns dos comportamentos sociais exigidos das mulheres. O presente trabalho terá como foco principal os aspectos físicos da feminilidade e mulheres que não seguem tais estereótipos em sua aparência, porém será explorado brevemente a seguir os aspectos sociais da feminilidade.

Alguns dos comportamentos exigidos da mulher na sociedade ocidental patriarcal é que a mulher seja heterossexual, queira se casar (com um homem), queira ser mãe e seja passiva/submissa ao homem, além de, por termos o patriarcado atrelado ao capitalismo, a mulher é vista como mercadoria, o que é perceptível na pornografia e na prostituição, por exemplo, que trazem, inclusive, a questão da submissão em práticas “BDSM” (*Bondage*, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo, Masoquismo).

Nesse sentido, a perspectiva de Millett (1970) aponta que na sociedade patriarcal a mulher é ensinada a ser passiva e ter um comportamento de ternura e consideração para com o outro enquanto o homem é ensinado a ter comportamentos agressivos, manifestar virilidade e estimular o intelectual. Beauvoir (2016, v.2) expõe que a passividade que caracteriza a mulher como feminina vem desde os primeiros anos, porém ressalta-se que é errado entender essa passividade como advinda da biologia, ou seja, do sexo feminino, a autora afirma, assim, que esse comportamento passivo é um destino que é imposto às mulheres pela sociedade. “Masculinidade e feminilidade, os comportamentos de domínio masculino e subordinação feminina, não podem ser imaginados sem o outro.” (JEFFREYS, 2005, p. 95, tradução nossa) Ressalta-se que a passividade e os rituais da beleza, que serão explicados mais adiante, possuem relação direta com os aspectos sociais da feminilidade.

Rich (2012) afirma que há instituições que controlam as mulheres e que, inclusive, vem sendo fortalecidas através da legislação, sendo estas a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear e a heterossexualidade compulsória. Nessa obra, a autora investiga ainda que “[...] as mulheres têm sido

convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios”.

No patriarcado, é de extrema importância que a mulher seja submissa ao homem, a vida da mulher deve girar em torno de casar e ter filhos. Conforme aponta Dworkin (1974, p. 104, tradução nossa), “casamento e família são os pilares de toda cultura patriarcal.” “Na tradição Ocidental, uma camada – a romântica – assegura que as mulheres se voltem, inevitavelmente, mesmo que impetuosa e tragicamente, para os homens.” (RICH, 2012, p. 41) Pode-se compreender que a heterossexualidade compulsória é um sistema que impede que mulheres percebam outras sexualidades como possíveis, visto que o que se é ensinado desde a infância é que ela deve se casar com um homem. Segundo Wittig (1992), questões que envolvem a heterossexualidade são vistas como individuais, subjetivas e privadas, porém são problemas sociais, que demonstram que a sexualidade para as mulheres é uma instituição social de violência.

Rich (2012, p. 35) expõe que

ao reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato”. No entanto, o fracasso de examinar a heterossexualidade como uma instituição é o mesmo que fracassar ao admitir que o sistema econômico conhecido como capitalista ou o sistema de casta do racismo são mantidos por uma variedade de forças, incluindo tanto a violência física como a falsa consciência.

Dworkin (1974, p. 184, tradução nossa) define a heterossexualidade como “um comportamento ritualizado construído sobre definição de função polar. Relações sexuais com homens [...] significa representando o papel feminino, incorporando o masoquismo, auto ódio, e passividade, que são fundamentais para isso.” Tendo isso em vista, pode-se compreender que a heterossexualidade compulsória é um dos aspectos exigidos da mulher, sendo esta vinculada a ideia de passividade e submissão esperado da mulher. Beauvoir (2016, v. 2) defende que não há instinto quando se trata dessas características, mas sim a intervenção da sociedade na vida da mulher desde criança, sendo esses comportamentos ensinados como uma vocação feminina.

Além disso, a heterossexualidade vem juntamente com o ideal de casamento e constituição de uma família, ou seja, a maternidade compulsória. Beauvoir (2016, v. 1, p. 194) postula que “abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas

continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva.”

É importante ressaltar que o casamento que se espera que a mulher venha a ter é heterossexual. Tendo isso em vista, Wittig (1992) defende que na sociedade heterossexual homens apropriam-se da reprodução e da produção das mulheres e de seus corpos através do contrato marital. Millett (1970) afirma que, mesmo na pré-história, a família e o casamento patriarcais tem sua origem na humanidade, ou seja, são culturais, não sendo algo imutável. Compreendendo isso, a autora postula que poder-se-ia tratar ambas como instituições históricas sujeitas a processos de evolução, como outros fenômenos sociais. Além disso, a autora aponta ainda que a mulher, ao se casar, morria aos olhos da lei, perdendo seus direitos, como, por exemplo, o controle sobre seus rendimentos, não poderia assinar papeis, escolher sua casa, administrar seus bens, entre outros.

Para consolidar a heterossexualidade e o casamento, pode-se perceber a questão da maternidade compulsória também como algo essencial à feminilidade. Beauvoir (2016, v. 2) afirma que não existe nenhum instinto materno inato e que a mulher enquanto criança entende que o cuidado das crianças cabe à mãe, porque é o que lhe é ensinado através de relatos, livros, brinquedos, como por exemplo bonecas, e toda sua experiência confirma este fato, ou seja, essa vocação de ser mãe, na realidade, é ditada a ela. Nesse aspecto, é de extrema importância ressaltar que, como já visto no capítulo anterior do presente trabalho,

atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 1986, p. 21, tradução nossa)

Tendo isso em vista, compreende-se, portanto, que engravidar é, para fêmeas humanas, um processo natural biológico, porém há uma explicação cultural para que esse processo seja tratado na sociedade como uma obrigação da mulher. É nesse sentido que Beauvoir (2016, vol. 1) investiga que uma das principais questões a respeito da mulher é conciliar o papel de reprodutora e de trabalhadora, e pode-se entender que a razão, na origem da história, é que a mulher é voltada ao trabalho doméstico, o que a

impedia de participar da construção do mundo, devido a sua função geradora. Ou seja, desde o início, foi imposto à mulher que, já que ela engravidada, esta seria sua função no mundo. Millett (1970, p. 90) expõe que “[...] através dos tempos, a maioria das mulheres foram deixadas num nível cultural comparável ao dos animais, sendo unicamente encarregadas de exercer funções de reprodução e de educação das crianças.” Pode-se perceber que isso ainda ocorre, e que, apesar de um pouco diferente, essas funções ainda são exigidas das mulheres, isso se dá, justamente, por causa da questão da maternidade compulsória, ou seja, a obrigação cultural que mulheres tem de serem mães.

Beauvoir (2016, v. 1) afirma que obrigar as mulheres a parir seria impossível, portanto, faz-se isso de forma indireta, colocando a maternidade como única saída, sendo isto enfatizado pelas leis e costumes, por exemplo impondo-lhes o casamento e proibindo o aborto, além de, indiretamente, também exigir um cuidado com vestidos e maquiagem para que se mostrem elegantes para conquistar o homem e incentivá-los sexualmente. Wolf (1992) postula que a ideologia da beleza é a última que ainda tem o poder de controlar as mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado incontrolláveis, sendo assim o mito da beleza se fortaleceu ao mesmo tempo em que algumas questões sociais como domesticidade, castidade, maternidade e passividade foram enfraquecidas ao longo dos anos. Compreendendo-se essas questões, serão aqui abordados agora os aspectos físicos exigidos da mulher, que, como pôde-se perceber, estão diretamente ligados aos aspectos sociais da feminilidade.

Conforme o pensamento de Jeffreys (2005, tradução nossa), homens precisaram definir de forma muito clara quem era a classe dominante e a classe subordinada e o fizeram através da diferença/deferência sexual, sendo que em sociedades ocidentais isso é mostrado, principalmente, nas práticas de beleza, como a moda, penteados, maquiagem, depilação, cirurgias estéticas, entre outros, fazendo com que mulheres tenham que gastar muito tempo e dinheiro nesses rituais que criam o papel estereotipado para mulheres. Jeffreys (2005, p. 24, tradução nossa) aponta ainda que “mulheres devem praticar feminilidade para criar a diferença/deferência sexual. Mas a diferença é de poder, e a feminilidade é o comportamento exigido da classe subordinada de mulheres para

mostrar sua deferência à classe dominante de homens.” É nesse sentido que Wolf (1992, p. 16) expõe que

o mito da beleza não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens. As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável. O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência.

Soto e Zappa (2011) afirmam que no ano de 1968, durante a segunda onda do feminismo, ocorreu a manifestação que ficou conhecida como “Queima de sutiãs”, em que feministas protestaram contra as práticas de beleza impostas às mulheres, devido aos concursos de Miss que foram reconhecidos como opressivos na época, e declararam que essas práticas de beleza possuíam instrumentos de tortura, como o salto alto, cílios postiços, espartilho, maquiagem, sutiãs, entre outros. Portanto, pode-se analisar que “o mito da beleza tem uma história a contar. A qualidade chamada ‘beleza’ existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem.” (WOLF, 1992, p. 15).

A perspectiva de Jeffreys (2005, tradução nossa) aponta que a criação da diferença/deferência sexual na moda é realizada através da exibição da pele da mulher, o uso de saias ou calças justas, o uso de cores vivas para mulheres enquanto homens utilizam tons neutros, além disso há também a fetichização dos corpos através das roupas, o que se relaciona com a prostituição e o sadomasoquismo no corpo das mulheres, como por exemplo quando há fechos de correr e botões para exibir sexo e há uma regra que as roupas de mulheres não devem ter bolsos funcionais, para que elas necessitem de uma bolsa de mão. A questão da moda em si será melhor analisada mais para frente neste capítulo.

A feminilidade é, culturalmente, exigida das mulheres desde a infância, e, para demonstrar isto, Dworkin (1974, tradução nossa) cita o caso da Branca de Neve, que, aos 7 anos, já precisava ser a mais bela do reino e essa beleza se relacionava diretamente com o poder que ela possuía, mas esse poder era porque receberia a admiração e devoção de homens. Beauvoir (2016, v. 2) investiga como a criação de homens e mulheres é completamente diferente desde a infância. Meninos são impulsionados a brincarem de subir em árvores, praticarem esportes, lutas, desafios e

provas, sempre atividades que os fazem ver seus corpos como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta, além de fazerem eles terem orgulho de seus corpos e encontrarem um emprego equilibrado para suas forças e conhecerem as lições da violência. Meninas, entretanto, são ensinadas a procurar agradar e se fazer objeto, ou seja, devem renunciar à sua autonomia. Além disso, a autora pontua que meninas são tratadas como bonecas e impedidas de terem sua liberdade, e quanto menos elas exercem sua liberdade no mundo, menos elas conseguem recursos para se afirmarem enquanto sujeitos, sendo que se elas fossem encorajadas a tal, poderiam manifestar a mesma curiosidade, iniciativa e ousadia que um menino.

Wittig (1992, p. 25) expõe que “em nossas mentes e em nossos corpos, somos levadas a corresponder, característica a característica, a ideia da natureza que foi estabelecida para nós; tão pervertida que nosso corpo deformado é o que eles chamam ‘natural’”. Ou seja, o corpo deixa de ser natural para ser plastificado, moldado, costurado, pintado e depilado em busca de alcançar um padrão criado para nos oprimir e isso passa a ser o padrão de feminilidade, o padrão esperado da mulher. Reforçando esse ponto, Jeffreys (2005, tradução nossa) postula que as práticas cotidianas de beleza das mulheres emergem da subordinação das mulheres e são feitas para o benefício masculino, criando estereótipos de gênero, e são justificadas pela tradição como sendo naturais para as mulheres. Wolf (1992, p. 49) aponta que “[...] a beleza de uma mulher passou a ser ao mesmo tempo sua função e sua culpa.” É importante que se entenda, portanto, que a mulher se vê na obrigação de cumprir com o papel de gênero feminino que lhes é imposto e que, muitas vezes, traz, inclusive, uma culpa.

Conforme a perspectiva de Dworkin (1974, p. 113, tradução nossa),

em nossa cultura, nenhuma parte do corpo da mulher é deixado intocado, inalterado. Nenhuma característica ou extremidade é poupada de arte, ou dor, de melhoria. Cabelo é tingido, lacado, alisando, passado permanente; sobrancelhas são arrancadas, delineadas, tingidas; olhos são alinhados, passado sombra; cílios são enrolados, ou falsos – de cabeça aos pés, cada característica do rosto da mulher, cada seção do corpo dela está sujeito a modificação, alteração. Essa alteração é um processo contínuo e repetitivo. É vital para a economia, a principal substância de diferenciação de papéis masculino-feminino, o mais imediato físico e psicológico realidade de ser uma mulher. A partir da idade de 11 ou 12 anos até ela morrer, a mulher vai gastar grande parte de seu tempo, dinheiro, energia em enfaixar, arrancar, pintar, e desodorizar ela mesma.



Compreendendo isso, Jeffreys (2005, tradução nossa) defende que há uma ausência de homens nesses rituais de beleza e que, normalmente, estes costumam ser passados de mulheres para mulheres, mas não por uma escolha. Essa ausência seria proposital, tendo como objetivo culpabilizar as mulheres e obscurecer os reais responsáveis por essas práticas de beleza prejudiciais, a classe sexual dominante: os homens. Ainda nessa obra, a autora afirma também que isso ocorre não apenas em relação às práticas de beleza, mas em relação à crimes, por exemplo, em que as vítimas, mulheres, são culpabilizadas por estarem com a roupa errada. Wolf (1992, p. 55) confirma esse ponto quando diz que “[...] as mulheres molestadas sentem culpa por recearem que ‘possivelmente provocaram os comentários por não estarem vestidas adequadamente’.” Quando se trata das práticas de beleza, as mulheres costumam se dar apoio em relação a essas questões, mas “a ligação para trocar dicas de sobrevivência sob domínio, embora possa ser necessária, constitui acomodação à opressão, e não um exemplo de agência e criatividade das mulheres que vale a pena celebrar.” (JEFFREYS, 2005, p. 135, tradução nossa)

No capítulo seguinte, será compreendido de que forma mulheres que não reproduzem as exigências físicas da feminilidade são impactadas em sua subjetividade, a partir da perspectiva da Psicologia Social, e serão apresentados exemplos do cotidiano em que isso ocorre, compreendendo, como dito no capítulo anterior, sob a análise feminista abolicionista de gênero, a relação entre esses fatores e buscando entender o papel das mulheres nessa discussão. Para tal, é importante que, primeiramente, se compreenda melhor esses aspectos físicos da feminilidade que são exigidos das mulheres, portanto, serão agora aqui analisados alguns destes mais profundamente, como a moda, a depilação, a maquiagem e cirurgias.

É importante ressaltar que a indústria da moda tem relação direta com o capitalismo, portanto, conforme aponta Wolf (1992, p. 58), “a evolução da moda protegeu a indústria da confecção do prejuízo, ao mesmo tempo em que garantiu que as mulheres teriam de se esforçar mais para serem ‘lindas’ e se esforçar mais para serem levadas a sério.” Ou seja, uma das utilidades da moda é justamente impor o padrão de beleza para mulheres. “A ideia de feminilidade impõe-se de fora a toda mulher, precisamente porque se define artificialmente pelos costumes e pelas modas [...]” (BEAUVOIR, 2016, v. 2, p.

506) A moda se divide em feminina e masculina, sendo a feminina, a maioria das vezes, composta por roupas apertadas e justas, decotadas, curtas, além de incluir o salto alto, entre outros. É possível perceber que o padrão da moda que se tem hoje em dia tem relação com a pornografia e é nesse sentido que Jeffreys (2005, tradução nossa) expõe que a mulher fantasiosa que homens que se “vestem de mulher” tem em mente incorpora a feminilidade da pornografia e acrescenta que o salto alto dificulta o ato de andar, pois é um sapato muito pontudo e alto e ainda que o salto alto é criado para ser um instrumento de tortura.

Wittig (1992, p. 20) defende que “onde quer que estejam, o que quer que façam (inclusive trabalho no setor público) elas são vistas como (e tornadas) disponíveis sexualmente para os homens e seus seios, bundas e roupas devem ser visíveis.” Portanto, pode-se perceber que tanto as roupas quanto os sapatos que a moda dita para mulheres é, na maioria das vezes, voltada para homens. Para completar esse raciocínio, Jeffreys (2005, tradução nossa) postula que o departamento masculino não costuma oferecer roupas com buracos para mostrar o corpo, não há saias ou vestidos e as roupas não são justas e tendem a ser funcionais, sem ter como objetivo fazer com que homens sejam um objeto sexual para algum espectador. Rossi (1989 *apud* JEFFREYS, 2005, tradução nossa) aponta que não existe razão para que homens e mulheres utilizem sapatos de estilos diferentes, apenas a razão sexual, que é um dos marcadores da diferença entre os sexos.

Jeffreys (2005, tradução nossa) investiga a questão dos saltos mais a fundo e traz algumas questões a respeito dele: a função dos saltos seria complementar a masculinidade nos homens, porque enquanto eles se mostram fortes com os pés no chão as mulheres demonstram uma fragilidade ao utilizarem os saltos. A autora, ainda nesta obra, pontua que ao utilizar saltos, os homens podem ajudar as mulheres, por exemplo, a subirem lances de escada ou sair de carros, ou seja, o uso de saltos é uma maneira de exaltar os homens e, além disso, uma oportunidade de satisfação sexual masculina e mostra que a mulher se importa o suficiente com os homens para usar sapatos fetichistas que os agradam.

Além da questão da moda, há a questão da depilação, em que mulheres são obrigadas a realizarem, porque senão são consideradas pouco higiênicas ou feias, por exemplo. É nesse sentido que Jeffreys (2005, p. 120, tradução nossa) defende que

a sugestão de que as mulheres não conseguirão parceiros masculinos sem estarem depiladas se assemelha aos motivos dados para a manutenção de práticas de beleza prejudiciais em outras culturas, como a mutilação genital feminina e a reconstrução de himens; isto é, as meninas não têm chance de se casarem sem elas. Embora se possa esperar que as pressões sobre jovens mulheres para terem parceiros masculinos sejam menores nas culturas ocidentais, onde elas têm mais chances de uma carreira que não seja a da esposa, elas ainda são extremas. A respeitabilidade feminina na cultura ocidental requer apego a um parceiro masculino.

É importante perceber que as práticas de beleza estão sempre relacionadas com agradar homens, porque é desta forma que o patriarcado funciona e, portanto, além disso, relaciona-se também com os aspectos sociais da feminilidade vistos anteriormente, como a heterossexualidade compulsória. Mulheres precisam ficar sempre bonitas para homens, precisam estar bem cuidadas para homens, precisam estar sexualmente atraentes para homens. Beauvoir (2016, v. 2) expõe que as mulheres descobrem que, desde cedo, para agradar é preciso ser bonita, então compreendem logo o sentido das palavras bonita e feia, procurando, assim, assemelhar-se a uma imagem, uma fantasia, comparando-se com princesas e fadas dos contos.

Wolf (1992) aponta um exemplo de situações em que atração sexual e assédio sexual no ambiente de trabalho foram confundidos e a lei não esteve do lado das mulheres, decidindo que isso era um fenômeno natural ou que se as características da mulher fossem os motivos alegados pelo patrão para cometer o assédio, e não seu sexo, a lei não protegeria a mulher. A autora cita ainda que nesses processos legislativos diziam às mulheres que elas precisavam aprender a falar e se vestir com mais feminilidade e usar maquiagem, alegando ainda que a mulher poderia perder seu emprego caso não usasse maquiagem.

A questão da maquiagem é vista muitas vezes como empoderamento feminino ou uma mera escolha da mulher, porém, como visto no exemplo acima, quando a mulher não utiliza maquiagem ela tem maior dificuldade de conseguir ou de se manter em um emprego, por exemplo, além de ser considerada pouco cuidada. Jeffreys (2005, p. 109, tradução nossa) analisa que “a história da maquiagem e o fato de ter havido momentos

e lugares em que as mulheres não eram obcecadas por seu uso deixa claro que essa prática é peculiar a uma época e local e é definitivamente cultural, não emanada de qualquer ‘feminilidade’ inata.” É importante que isso seja ressaltado para que se compreenda que a feminilidade é, de fato, construída culturalmente. Jeffreys (2005, tradução nossa) postula que a escolha de realizar os rituais de beleza não são feitas em vácuo político, ou seja, existem forças envolvidas para que as mulheres escolham realizar essas práticas, que, inclusive, demandam tempo, dinheiro e carga emocional das mulheres. A autora explica ainda que a questão da maquiagem traz consigo a exigência de parecerem heterossexuais, reforçando mais uma vez como os aspectos físicos e sociais da feminilidade estão atrelados.

Compreende-se que a feminilidade está diretamente ligada ao capitalismo, e isso pode ser notado de forma clara nas cirurgias estéticas que vem crescendo cada vez mais. Para Wolf (1992) as indústrias das dietas, cosméticos, cirurgias plásticas estéticas e da pornografia geram, juntas, por volta de 60 bilhões e 300 milhões de dólares. Cardona (2000, *apud* JEFFREYS, 2005, tradução nossa) expõe que os fabricantes de maquiagem têm como alvo meninas com menos de 8 anos, além de pontuar que um quarto das meninas com menos de 13 anos já haviam experimentado maquiagem. Jeffreys (2005, p. 119, tradução nossa) investiga que

nos EUA, as estimativas da indústria de cosméticos colocam as vendas para crianças em \$ 1 bilhão de dólares por ano. Uma gama de produtos de cuidados pessoais agora está voltada para crianças a partir dos 6 anos. A promoção de cosméticos como forma de brincar para crianças criará as “escolhas” de mulheres adultas. Elas terão sido treinadas para entender a maquiagem como uma forma de realização pessoal e uma brincadeira em uma idade precoce, antes de terem a oportunidade de reconhecer qualquer alternativa.

Pode-se perceber que desde a infância a feminilidade estética é imposta às meninas e, além disso, são indústrias que movimentam muito dinheiro e principalmente por mulheres. Segundo Wolf (1992), a cirurgia estética é a especialidade médica que mais tem crescido nos EUA, sendo que mais de 2 milhões de estadunidenses, sendo pelo menos 87% do sexo feminino, já haviam passado por ela no ano de 1988. Ressalta-se, portanto, que essas práticas são realizadas em sua maioria por mulheres e, conforme afirma Jeffreys (2005, tradução nossa) as indústrias responsáveis por essas práticas geram grandes fortunas e são uma força significativa na economia global, sendo assim

mais difícil erradicar essas práticas, visto que a lucratividade dessas indústrias cria obstáculos para mulheres conseguirem lutar contra elas, resistir a essas práticas e eliminá-las.

Para Wolf (1992) o mito da beleza acrescenta, para a mulher, uma tripla jornada que se encaixa no seu tempo livre, ou seja, o dinheiro, dedicação e talento que ela poderia investir em outras áreas vão para a beleza, sendo uma de suas finalidades esta, além de que a mulher se vê na obrigação de assumir o papel de dona-de-casa, de profissional que faz carreira e de profissional da beleza, considerando o dinheiro investido na manutenção da beleza (cerca de um terço de sua renda) necessário. É nesse sentido que a autora postula ainda que a economia ocidental depende inteiramente de que mulheres continuem a ganhar baixos salários e, além disso, depende da representação das mulheres a partir do mito da beleza. A perspectiva de Jeffreys (2005, tradução nossa) aponta que as mulheres que não utilizavam maquiagem no trabalho não eram percebidas como saudáveis, heterossexuais ou com credibilidade, o que afetava a forma como estas se sentiam no trabalho. Esse ponto reforça, inclusive, um dos aspectos sociais da feminilidade, que é a necessidade de ser heterossexual, como se houvesse uma aparência para isso.

Retomando brevemente à questão das cirurgias, Wolf (1992) defende que quando se trata desses procedimentos, como a cirurgia do seio ou a lipoaspiração, não se menciona a dor, os riscos, o endurecimento dos seios, as repetições da operação ou as dificuldades para detecção do câncer. Para Jeffreys (2005, tradução nossa) os implantes de seios são uma forma severa de mutilação de corpos femininos, e, mesmo assim, é uma das práticas exigidas nas regras da beleza requeridas sob a dominação masculina. Para Beauvoir (2016, v. 2, p. 166), “a mulher sente-se diminuída porque, em verdade, as determinações da feminilidade a diminuem. [...] a feminilidade significa hoje mutilação.” Wolf (1992) expõe que uma tendência nos EUA atualmente é que meninas ao se formarem ganham uma cirurgia de implante nos seios, de lipoaspiração ou rinoplastia, sendo estas consideradas um prêmio por uma gratificação, enquanto homens ganham uma viagem para toda a Europa.

Segundo Jeffreys (2005, p. 169, tradução nossa) “as indústrias da moda, da beleza, da pornografia e da medicina que justificam e promovem essas formas de

automutilação [...] Wolf (1992) aponta a questão de o que é saúde na Era da Cirurgia, visto que tudo se pode e se deve ser consertado, como rugas, que indicam nada mais do que o envelhecimento natural, gorduras nas pernas ou nas coxas, que são normais e, inclusive, demonstram o quanto as indústrias das cirurgias são gordofóbicas. “É claro que os fabricantes de cosméticos lucram vendendo tanto a causa do problema quanto as soluções.” (JEFFREYS, 2005, p. 120, tradução nossa)

Segundo Wolf (1992, p. 363)

a verdadeira questão não tem a ver com o fato de nós mulheres usarmos maquiagem ou não, ganharmos peso ou não, nos submetemos a cirurgias ou as evitarmos, transformarmos nosso corpo, rosto e roupas em obras de arte ou ignorarmos totalmente os enfeites. O verdadeiro problema é a nossa falta de opção.

Conforme a perspectiva de Jeffreys (2005, p. 173) “no ocidente, supostamente as mulheres são empoderadas, possuem oportunidades e escolhas inimagináveis a apenas uma geração atrás, mas essas mesmas mulheres são atrapalhadas por roupas e sapatos, mutiladas por cirurgias [...]” Entretanto, apesar de todas as dificuldades, que serão apresentadas no próximo capítulo, as mulheres possuem a opção de não reproduzirem os estereótipos da feminilidade. É importante perceber que toda escolha está inserida em um meio social e traz responsabilidades e consequências e que, na maioria das vezes, a escolha de fugir do que se espera de uma mulher, seja em seus aspectos sociais ou físicos, não é uma tarefa fácil, mas há mulheres que optam por isso. No capítulo seguinte será melhor compreendido, portanto, de que forma não reproduzir a feminilidade em aspectos físicos impacta a subjetividade da mulher ocidental que toma essa decisão.

### **3. PSICOLOGIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO DE GÊNERO**

Como visto nos dois capítulos anteriores, a perspectiva aqui adotada compreende tanto o gênero quanto a feminilidade enquanto opressões às mulheres, entretanto há mulheres que visam se libertar e se rebelam contra o regime patriarcal optando por não seguir os aspectos físicos da feminilidade, porém é importante ressaltar que essas mulheres são impactadas em sua subjetividade, visto que escolhem não seguir o que é hegemônico na cultura ocidental. Para que se possa compreender de que forma isso ocorre, nesse capítulo será abordado a visão de ser humano que a Psicologia Social traz e o que se entende por subjetividade. Com este fim, é importante, portanto, compreender um pouco a respeito da Psicologia Social, realizando um breve panorama histórico a respeito desta área da Psicologia, que dará subsídio para o presente trabalho.

O objeto da Psicologia se transformou ao longo da história e, segundo Filho e Martins (2007) o conceito de sujeito psicológico era inexistente na cultura ocidental até o surgimento da psicologia científica entre o século XIX e XX e é nesse sentido que os autores apontam que o objeto das PsicoLOGIAS (no plural, visto que se compreende que há diversas perspectivas na área) mudou ao longo do século XX, deslocando do biológico para o cultural, do natural para o histórico, do individual para o coletivo, trazendo para o campo de estudo um olhar social, histórico e político, compreendendo melhor a importância das relações sociais para os indivíduos.

De acordo com Almeida (2010, p. 125) “a Psicologia Social teve sua emergência em solo norte-americano no século XX”. É a partir de 1940 que a consciência, o comportamento, a personalidade, a individualidade, a identidade (objeto da Psicologia Social dos anos 1980), a subjetividade e a singularidade ganham maior visibilidade (FILHOS; MARTINS, 2007). A perspectiva de Lane (2006) aponta que a Psicologia Social tem como enfoque o estudo da influência social no comportamento de indivíduos, que ocorre até mesmo anteriormente ao nascimento do sujeito. Almeida (2010, p. 126) expõe que a Psicologia Social passa a investigar problemas relacionados às atitudes e valores, como o preconceito e a liderança e a Psicologia Social norte-americana passa a ter também como foco a questão da produtividade no capitalismo, tornando-se essa teoria hegemônica no país após a Segunda Guerra Mundial. Porém, ainda segundo o autor,

nos anos 70 os psicólogos latino-americanos questionaram essa hegemonia, afirmando que esses modelos teóricos estadunidenses não condiziam com a realidade de seus países.

É importante ressaltar que há duas perspectivas marcantes no desenvolvimento da Psicologia Social: a psicológica e a sociológica. A perspectiva psicológica da Psicologia Social possui, segundo Kruger (1986), como principais aspectos o individualismo (que tem como objetivo formular leis psicológicas a respeito do sujeito e suas relações sociais), o experimentalismo, a microteorização, o etnocentrismo (generalização de experimentos estadunidenses para aplicar em outras culturas), o cognitivismo e o a-historicismo (busca de leis generalizáveis para o comportamento do indivíduo na sociedade, retirando o sujeito do seu componente histórico). Nesse sentido, Lane (2006) expõe que a sociedade era um cenário onde o indivíduo atuava, buscando explicar comportamentos por motivos internos, como traços de personalidade, atitudes, instinto, entre outros, ou seja, essa perspectiva isola o indivíduo, criando uma dicotomia entre ele e a sociedade.

Robert Farr (2010) argumenta que inicialmente a perspectiva hegemônica passou a ser a psicológica, devido à individualização do social, implementada pelo behaviorismo e pelo cognitivismo, porém antes dessa perspectiva ser adotada há o surgimento, na década de 1930, de uma psicologia social comparativa, baseada em uma perspectiva evolucionista, que revela uma perspectiva sociológica da Psicologia Social, porque considera o social como metodologia de análise histórica dos fatos e fenômenos filogenéticos.

A perspectiva sociológica da Psicologia Social traz a teoria das representações sociais de Moscovici, que será recuperada nos estudos latino-americanos em seu embate teórico contra as perspectivas psicológicas hegemônicas. Na teoria das representações sociais, conforme afirma Almeida (2012), Moscovici aponta Durkheim como sendo antecessor da Psicologia Social, visto que fez inicialmente a distinção entre representações individuais e coletivas, sendo as individuais o objeto da Psicologia, para Durkheim, enquanto as coletivas seriam o objeto da Sociologia, sendo esta comparada às representações sociais de Moscovici, visto que são os produtos representacionais de uma cultura, religião, mitos etc.



Na década de 1960 iniciou-se uma crise na Europa “quando psicólogos sociais denunciaram o caráter ideológico e reprodutor do *status quo* da psicologia social cognitivo-experimental estadunidense” (SILVA, 2019, p. 52). Além disso, Lane (2006) aponta que na América Latina, a Psicologia Social acabava por reproduzir os conhecimentos desenvolvidos nos Estados Unidos, mantendo a procura por leis universais, que regeriam o comportamento social de indivíduos. Por essa razão, na década de 1970 a crise, iniciada na Europa, aparece também na América Latina, quando psicólogos latino-americanos afirmavam que a perspectiva estadunidense na Psicologia Social não atendia aos problemas da realidade deles e questionavam a metodologia experimental utilizada por eles. Além disso criticavam a neutralidade do pesquisador, a a-historicidade e a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade. Almeida (2012) defende que a teoria das representações sociais foi muito utilizada por teóricos latino-americanos na luta por uma Psicologia Social comprometida com as questões desses países, visando conscientizar seus povos que são acometidos por essas representações sociais em prol da ideologia hegemônica.

Lane (2006) expõe que em 1979, ocorreu um Congresso no Peru em que psicólogos sociais de vários países da América Latina fizeram críticas precisas e realizaram propostas, visando redefinir a Psicologia Social. Conforme o pensamento de Almeida (2010), a partir desses questionamentos instalou-se a perspectiva sociológica da Psicologia Social no Brasil, surgindo assim a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), que fundamenta as premissas do surgimento da Psicologia Sócio-histórica no Brasil, que se fundamenta no materialismo dialético, buscando uma visão comprometida com a realidade, visando ao compromisso e transformação social e defendendo o resgate da historicidade.

Carvalho e Lima (2013) apontam que a Psicologia Sócio-histórica foi criada em meio à Revolução Russa tendo como base a teoria marxista, sendo uma abordagem em que o homem constitui o mundo e é constituído por ele, ou seja, é um ser ativo no mundo, e toma como base a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, que dizia que os seres humanos diferem dos outros animais porque tem uma história social e coletiva e explicava que o homem possuía a capacidade de prever resultados, ou seja, o homem é capaz de pensar nas consequências dos seus atos, podendo assim ponderar suas escolhas e qual

a melhor atitude a se tomar. Almeida (2010) expõe que o foco da Psicologia Sócio-histórica remete às relações de dominações ideológicas e visa a conscientização das pessoas para que possam se desvencilhar dos poderes hegemônicos, podendo perceber assim, tanto na teoria das representações sociais quanto na Psicologia Sócio-histórica, uma Psicologia Social crítica à forma psicológica da Psicologia Social estadunidense, revelando um comprometimento político.

Lane (2006) postula que a Psicologia Social com esse viés estuda, portanto, a relação entre o indivíduo e a sociedade e tem como grande preocupação compreender como o indivíduo se insere no processo histórico, que é mutável de acordo com o tempo e o espaço, entendendo também como o ser humano é determinado por este, mas também como se torna agente da história, ou seja, como o sujeito possui possibilidades para transformar a sociedade em que se encontra. Além disso, nessa mesma obra, a autora defende que há normas que regem as relações entre os indivíduos caracterizando os papéis sociais, sendo que são nas relações sociais que o ser humano desenvolve a individualidade, podendo compreender as diferenças e semelhanças com o outro e criando sua identidade social, que pode ser definida pelo conjunto de papéis que o ser humano desempenha, papéis estes que servem para manter as relações sociais esperadas e as normas da sociedade, ou seja, os papéis sociais reproduzem as relações de dominação que são necessárias para manter as condições materiais de vida e a manutenção da sociedade de classes.

Pode-se acrescentar nessa ideia, a noção de gênero no patriarcado, em que as noções de homem e mulher são mantidas a fim de manter a relação social de hierarquia entre os sexos. Os papéis sociais mantêm vivo o gênero, ou seja, quando se fala em mulheres espera-se desde o seu nascimento que siga com os padrões da feminilidade, esse seria o papel social da mulher na sociedade. Mulheres que desejam romper com o modelo hegemônico de feminilidade em seus aspectos físicos, conforme visto no capítulo anterior, são afetadas em sua subjetividade, porque fogem do papel social esperado. Adentrando neste assunto, é importante esclarecer, portanto, o que se compreende no presente trabalho por subjetividade.

Guattari e Rolnik (1986) investigam que a subjetividade é um processo coletivo e político e não está somente relacionada a uma instância psicológica. É nesse sentido que

Soares (2016) aponta que os processos de subjetivação não são apenas uma leitura sobre fatores biológicos ou da dinâmica psíquica, mas que se trata também de fenômenos que dizem respeito à política, às tecnologias, aos meios de comunicação etc. Cassiano e Furlan (2013) analisam o termo subjetivação, que demonstra ser não algo dado ou um ponto de partida essencial, mas sim um processo. Guattari e Rolnik (1986, p. 34) afirmam que “[...] é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia etc.”

Pode-se perceber que a subjetividade está relacionada com o poder, principalmente ao que se refere à sociedade capitalista. Soares (2016) postula que se trata de uma produção de subjetividades capturadas, pois a estratégia do capitalismo contemporâneo consiste em capturar a potência revolucionária da multidão. Cassiano e Furlan (2013, p. 375) afirmam que “torna-se impossível então imaginar um funcionamento social e a construção de subjetividades sem a existência dessas relações de poder.” Deleuze (2008) enxerga na subjetivação um viés de possibilidade de fuga do saber-poder, não se trata de desassujeitamento, ou seja, a ultrapassagem do efeito do saber-poder sobre o sujeito, mas alçar uma superfície de entender a vida enquanto possibilidade, enquanto experiência artística, entendendo o ser humano enquanto ser criativo.

A perspectiva de Cassiano e Furlan (2013, p. 376) aponta que “o poder nos ordena o que e como fazer, mas é a moral que possibilita que as ordens não sejam simplesmente seguidas, e sim articuladas com o próprio cuidado de si.” Ou seja, há, de fato, um sistema que impõe como o indivíduo deve se portar, porém há também a possibilidade, através da moral, de tentar escapar de tais ordens. Borsonello, Peres e Peres (2000) expõem que nossa subjetividade é historicamente constituída, ou seja, de acordo com a época histórica tem-se uma produção subjetiva específica, sendo esta sempre múltipla e heterogênea. Guattari e Rolnik (1986) apontam que o inconsciente capitalístico e o inconsciente maquínico, que se relacionam com a subjetividade capitalística produzida pelos equipamentos coletivos, estão cada vez mais impondo modos de existir para que se atenda as expectativas do sistema, ou, como dito anteriormente, aos papéis sociais impostos.

Guattari (1989, apud SOARES, 2016) destaca que os modelos de subjetivação escapam do controle dos dispositivos do poder, mesmo que o sistema molde a subjetividade da forma como se conhece. Nesse sentido, Cassiano e Furlan (2013, p. 376) expõem que “a consciência tem um papel de facilitador e orientador nesse processo de experimentação, construção e desconstrução de subjetividades”, ou seja, como dito anteriormente, a consciência e a moral fazem com que existam possibilidades de quebrar com o que é hegemônico.

Deleuze e Guattari (1996) explicam que as relações dos seres humanos podem ser de 3 tipos: de segmentaridade dura, de segmentaridade maleável e as linhas de fuga. O foco aqui serão as de segmentaridade dura e as linhas de fuga. As de segmentaridade dura são características dos grandes grupos, como as classes sociais e os gêneros, que se manifestam de formas diversas ao longo da história e da cultura local, estipulam os grandes grupos que regem a sociedade de forma bem delimitada e se caracterizam por serem linhas de controle, normatização e enquadramento, visando manter a ordem e evitar comportamentos inadequados a determinado contexto social. As linhas de fuga se caracterizam por uma ruptura com os estratos, ou seja, rompimentos que promovem mudanças bruscas, que às vezes podem ser imperceptíveis. Cassiano e Furlan (2013, p. 375) apontam que

[...] há conexões que favorecem linhas de fuga que podem romper com o que se encontra estabelecido, e que se abrem para a elaboração de novas relações, as mesmas podem levá-lo à fixação de novos estratos. Essa é a razão principal de Deleuze e Guattari nomearem a subjetividade como processos de subjetivação-dessubjetivação. Afinal o homem se constrói em muitas relações e se desconstrói em diversas outras ao enveredar por linhas de fuga.

Trazendo tudo que foi discutido para a questão do presente trabalho, pode-se compreender que toda atitude que vai contra o sistema hegemônico possui um compromisso social, o que se relaciona com a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, ou seja, quando uma mulher decide por não reproduzir os estereótipos da feminilidade ela está, mesmo que sem intenção, quebrando com o papel social esperado da mulher, realizando uma transformação social. Além disso, pode-se relacionar essas questões também com o que foi dito acima a respeito das segmentaridades duras e das linhas de fuga, visto que mulheres que fogem do padrão estético de feminilidade estão em uma

relação de linha de fuga contra essas segmentaridades duras, ou seja, estão rompendo com a hegemonia de um grande grupo social, o gênero.

Tendo tudo isso em vista, volta-se à questão do presente trabalho: de que forma a noção de gênero impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem feminilidade? Mulheres que não reproduzem os aspectos físicos da feminilidade sofrem muito preconceito na sociedade. Uma das situações em que se pode perceber isso é quando essas mulheres utilizam provadores de lojas, por exemplo, e diversas vezes são confundidas com homens por não terem o cabelo longo, não se depilarem, não utilizarem maquiagem, entre outras coisas que já foram mencionadas no capítulo anterior.

Nogueira (2021) expõe um caso que ocorreu em Belo Horizonte em que uma mulher lésbica que não reproduz feminilidade foi vítima de discriminação ao entrar em um provador de roupas das lojas Renner e a funcionária abrir sua cabine enquanto ela se trocava alegando que ela era homem e pedindo para que se retirasse pois o provador dela era do outro lado. Como se pôde perceber no exemplo acima, mulheres que não reproduzem feminilidade são diversas vezes confundidas com homens, além de receberem olhares, comentários e xingamentos a respeito de sua aparência.

Muitas das vezes a mulher não precisa nem recusar todos os aspectos físicos da feminilidade para sofrer essa misoginia. É o caso de Jake Falchi, uma maquiadora que, conforme aponta Antunes (2016), apenas por ter o cabelo curto foi barrada de entrar em clínica de depilação, sendo assim confundida com um homem homossexual. Para além da misoginia no caso, ainda teve a questão da homofobia, porque o local disse que não atendiam homossexuais. A maquiadora afirmou que queria provar que era mulher, chegando até a pensar que teria que mostrar seu órgão sexual para convencê-los.

Há dois outros casos em que se pode perceber como fugir dos padrões estéticos da feminilidade podem impactar mulheres, mesmo quando isso não é uma escolha. Segundo UOL (2017), a jogadora de futebol inglesa Heather Fisher, que possui uma doença chamada alopecia, já foi diversas vezes confundida com homem ao entrar no banheiro feminino. Essa doença a deixa careca e, por ser atleta, a jogadora é muito forte, o que também foge do padrão de feminilidade. Ser careca não foi uma escolha da atleta, mas, mesmo assim, a jogadora sofre as consequências que a não reprodução de feminilidade traz na sociedade patriarcal. Conforme aponta O POVO (2018), Deborah

Lourenço, uma mulher com câncer, foi confundida com um homem gay e recebeu agressões físicas e verbais e ameaças. Assim como no caso anterior, a não reprodução de um dos aspectos da feminilidade (não ter cabelo) não foi, necessariamente, uma escolha dela, porém, independente disso, ela sofre com as consequências do que ser uma mulher que não reproduz feminilidade representa na sociedade.

Assim como no caso da Heather Fisher, uma outra situação envolvendo o banheiro feminino também ocorreu. Espaço Vital (2008) explicita um caso em que Khadijah Farmer, uma mulher lésbica que não reproduz feminilidade foi convidada a se retirar do banheiro porque o restaurante afirmou que ela se parecia demais com um homem. Outro caso mais recente envolvendo uma mulher lésbica negra que não reproduz feminilidade ocorreu em 2021 no Rio de Janeiro. Brasil de Fato (2021) aponta que a vereadora Verônica Lima do PT sofreu machismo e homofobia em agressões verbais ditas pelo vereador Paulo Eduardo Gomes do PSOL, que se dirigiu a ela dizendo que se ela queria ser homem ele iria tratá-la como homem.

Brandalise (2021) mostrou um exemplo em que companhias aéreas exigem certos aspectos físicos dos funcionários, porém explicita que para homens e mulheres esses padrões são diferentes, sendo exigido das mulheres maquiagem, depilação, esmalte, entre outros. Entretanto, a autora traz o caso da empresa Gol, que, em setembro de 2021, foi condenada pela Justiça por obrigar as funcionárias a seguirem esses padrões sem arcar financeiramente esses custos, visto que a empresa compreendia que tudo isso já faria parte do “universo feminino”. Nessa mesma matéria, a autora aponta que “a companhia também terá que pagar uma indenização de R\$ 500 mil por dano moral coletivo por ‘discriminação de gênero’ e ‘minoração salarial feminina’ — já que os homens gastariam menos com aparência, o salário estaria desigual.”

Pode-se perceber, portanto, que não reproduzir feminilidade impacta mulheres em diversas questões. As mulheres sofrem com uma pressão para se feminilizar e há uma necessidade de aprovação alheia, seja na rua ou em casa. Além disso, há maiores dificuldades para conseguir e para manter um emprego caso a mulher não reproduza a feminilidade. Para ilustrar isso, Wolf (1992, p. 41) expõe que “em 1972, foi decretada que a ‘beleza’ era algo que podia, sob o ponto de vista legal, fazer com que as mulheres ganhassem ou perdessem um emprego.” Muitas vezes mulheres que não reproduzem

feminilidade são vistas também como feias ou descuidadas, o que pode afetar sua autoestima. Wolf (1992) afirma que os padrões de beleza geram uma redução do amor-próprio, dando lucros maiores para as empresas, e deixam mulheres com ódio de si mesmas e obcecadas pela aparência física. Outra questão é que mulheres que não reproduzem feminilidade muitas vezes se questionam a respeito de seu sexo, visto que, ao serem confundidas com homens, podem vir a estranhar seus próprios corpos e sentirem que, por não corresponderem aos padrões de feminilidade, não podem ser mulheres. Jeffreys (2005) postula que mesmo que a maquiagem, por exemplo, pudesse ser feito com ingredientes menos prejudiciais isso não mudaria o fato de que há danos psicológicos causados por esse tipo de produto, como distúrbios dismórficos do corpo no sentimento de inadequação que a indústria cria. Dworkin (1974, p. 113, tradução nossa) aponta que

padrões de beleza descrevem em termos precisos o relacionamento que um indivíduo terá com seu próprio corpo. Eles prescrevem sua mobilidade, espontaneidade, postura, marcha, os usos que ela pode colocar seu corpo. Eles definem precisamente as dimensões de sua liberdade física. E, é claro, o relacionamento entre liberdade física e desenvolvimento psicológico, possibilidade intelectual e potencial criativo é um passo umbilical.

Há de se ressaltar também que muitas vezes mulheres que não reproduzem feminilidade em seus aspectos físicos são mulheres lésbicas, como visto em alguns exemplos acima, e isso se dá porque, como mulheres lésbicas não se relacionam com homens e esses padrões de feminilidade servem para agradar homens no patriarcado, muitas vezes lésbicas conseguem se desvencilhar um pouco mais fácil desses padrões, pois não precisam agradar homens. Nesse sentido, quando as pessoas veem uma mulher que não reproduz feminilidade, enxergam nela uma mulher lésbica, o que abre espaço para lesbofobia.

Quando se trata dos aspectos físicos da feminilidade é importante ressaltar que, conforme o pensamento de Wolf (1992, p. 11), muitas mulheres “[...] sentem vergonha de admitir que essas preocupações triviais — que se relacionam à aparência física, ao corpo, ao rosto, ao cabelo, às roupas — têm tanta importância.” Isso ocorre porque os aspectos físicos da feminilidade parecem uma luta boba perto de tantas outras pautas importantes que as mulheres possuem. Entretanto, Jeffreys (2005) aponta que esses aspectos podem não ser forçados por violência física, mas são culturalmente reforçados

no ocidente, como, por exemplo, quando uma mulher não usa maquiagem ou não depila pernas e axilas, ela poderá ter maior dificuldade em conseguir e manter um emprego. Wittig (1992, p. 31) afirma que a feminilidade “era uma construção política e aquelas que resistiam eram acusadas de não ser mulheres ‘verdadeiras’ [...] ao mesmo tempo, éramos acusadas de querer ser homens.”

É importante que se faça o recorte de classe e raça aqui, visto que se compreende que não reproduzir os aspectos físicos da feminilidade impacta de formas diferentes, por exemplo, a mulher branca de classe média e a mulher preta periférica, principalmente, levando em consideração o que já foi visto até aqui, que o patriarcado e o capitalismo estão atrelados e, dessa forma, largar a feminilidade, tanto em seus aspectos físicos quanto sociais, impactam, muitas vezes, até no sustento da mulher.

A perspectiva de Jeffreys (2005) mostra que na década de 1960 pôde-se perceber que o padrão de feminilidade era racista, visto que visavam fazer com que mulheres negras imitassem mulheres brancas em seus trejeitos, ou seja, os produtos eram alisadores de cabelo, branqueadores de rosto e outros produtos que faziam com que mulheres negras se aproximassem do ideal branco. É importante, portanto, que quando se fale em gênero se faça uma análise interseccional. Carvalho, Souza e Macedo (2020, p. 4) apontam que

o termo interseccionalidade foi utilizado, originalmente, pela advogada feminista negra Kimberle Crenshaw, em seu artigo “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, de 1991, em que traz à tona uma série de violências que incidiam especificamente sobre mulheres negras. A partir de então, esse conceito vem ganhando cada vez mais destaque enquanto importante ferramenta de análise das relações sociais e para a formulação de políticas públicas.

Jeffreys (2005, p. 113, tradução nossa) expõe que “fica claro que o que é belo é construído politicamente e incorpora preconceitos de raça, classe e sexo.” Quando se fala de classe social, Beauvoir (2016, v. 1, p. 146) afirma que “[...] nas classes trabalhadoras, a opressão econômica anula a desigualdade dos sexos, mas aniquila todas as possibilidades do indivíduo.” Entende-se, não que a mulher deixa de ser oprimida enquanto sexo, mas que há, na sociedade capitalista, opressões que às vezes estão em maior urgência na vida dessas mulheres. “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem,



o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual (SAFFIOTI, 1987, p. 31). Conforme a perspectiva de Dworkin (1974), as mulheres são oprimidas enquanto mulheres, independentemente de classe ou raça, porque mesmo que a mulher seja, por exemplo, branca e rica, ela ainda sofrerá sexismo. Porém, a autora postula também que nem sempre as mulheres estão em estado de emergência primária como mulheres, ou seja, há questões de raça ou classe que viriam anteriormente no quesito urgência, mas que isso não diminui a luta pela emancipação das mulheres enquanto classe sexual.

Compreendendo tudo isso, a luta pela emancipação das mulheres exige um abolicionismo de gênero. Jeffreys (2005) aponta que feministas que enxergam o gênero enquanto produto da dominância masculina desejam destruir o gênero, ou seja, passar por cima dele. Wittig (1992, p. 38) expõe que

[...] as mulheres são uma classe, o que significa que as categorias 'homem' e 'mulher' são categorias políticas e econômicas e não eternas. Nossa luta tenta fazer desaparecer homens como classe, não como um genocídio, mas com a luta política. Quando a classe 'homens' desaparece, 'mulheres' como classe também desaparecerá, porque não há escravos sem senhores.

Jeffreys (2005) postula que o feminismo possui a tarefa de destruir e eliminar os papéis sexuais, ou seja, o gênero, pois entende-se que masculinidade e feminilidade são compreendidos como comportamentos de dominação e subordinação. A autora entende, portanto, que o mundo sem os aspectos físicos da feminilidade seria um mundo em que a diferença/deferência sexual, vista no capítulo anterior, feita através da aparência não funcionaria, ou seja, as mulheres não precisariam engajar em nenhuma prática da feminilidade que causa dor, desconforto, tirando tempo, dinheiro e energia delas mesmas.

Dworkin (1974) expõe que a androginia seria o caminho para a liberdade das mulheres, dos homens e de todos. Nesse sentido, Delphy (1993) concorda com essa afirmação ao postular que o conceito de androginia seria uma maneira de lidar com a diferença de gênero, ou seja, tanto homens quanto mulheres poderiam se comportar como quisessem, pois os comportamentos de dominação e subordinação não sobreviveriam e esse novo molde de sociedade. Millett (1970, p. 10) propõe que “[...] uma revolução sexual acabaria com a instituição patriarcal, abolindo tanto a ideologia da

supremacia do macho como a tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos.”

Levando em consideração tudo que foi dito até aqui, compreende-se que as mulheres são unificadas em seu sexo e que, apesar de isso não as definir, é importante que isso esteja claro para que se possa lutar por seus direitos enquanto classe sexual. Entretanto, compreende-se que o papel do feminismo é de romper com a hegemonia patriarcal em que o gênero oprime mulheres, ou seja, o gênero é algo a ser abolido e mulheres possuem, mesmo que com consequências, muitas das vezes, possibilidades perante esta opressão que é o gênero.

Mulheres que não reproduzem feminilidade em seus aspectos físicos, ou seja, que rejeitam os padrões de beleza, como por exemplo, negar a utilização de maquiagem, ter o cabelo longo, rejeitando a depilação e a moda ditada para as mulheres, estão de certa maneira indo contra a hegemonia, o que, querendo ou não, impacta a sociedade patriarcal, pois realiza uma transformação social através de seus corpos. Sardenberg (2018) aponta que a frase “o pessoal é político” foi forjada no fim dos anos 1960 pelas feministas radicais e o sentido da frase é que os problemas que ocorrem no cotidiano de mulheres possui raízes sociais e demandam soluções coletivas, compreendendo também que a esfera privada e a esfera pública não poderiam ser separadas, visto que as relações interpessoais também se caracterizam como relações de poder entre os sexos e gerações, construídas socialmente e passíveis de transformação.

Considerando todos os pontos levantados até aqui, entende-se que a perspectiva abolicionista de gênero do feminismo radical, analisada no primeiro e no segundo capítulos, e a perspectiva sociológica da Psicologia Sócio-histórica, vista no capítulo presente, possuem pontos em comum. Essa relação pode ser percebida porque ambas as perspectivas se relacionam com o social visando uma transformação social para além da hegemonia social, visto que esta impacta as mulheres que não reproduzem feminilidade em sua subjetividade. Não somente na perspectiva sócio-histórica, mas em toda a Psicologia deve-se entender o papel desta na sociedade, visando não manter estereótipos e papéis sociais, mas compreender os indivíduos em suas singularidades e que mulheres podem aparentar como quiserem, porque isso não faz com que sejam menos mulheres. A Psicologia Social possui um papel crítico e político na sociedade que

visa a transformação social e não a manutenção dos poderes hegemônicos. Conforme a perspectiva de Lane (2006), quando as pessoas conseguem confrontar as representações sociais pode-se pensar a realidade e significados atribuídos a ela, questioná-los de forma a arranjar novas formas de agir e pensar para que se possa desenvolver uma consciência de si e da classe a que se pertence, seja ela sexual, social, de raça etc., como produtos históricos da sociedade, cabendo às pessoas, que são agentes da própria história e da história social, optar pela transformação da sociedade, caso se perceba que é o melhor a se fazer, como no caso do abolicionismo de gênero. Para finalizar, portanto, Almeida (2012, p. 133) expõe que o ser humano “[...] é histórico e suas relações o constroem. Ele é produto e produtor da História. No entanto, sem o pensamento crítico, ele deixa de lado sua potencialidade de criador de sua própria história e reproduz as palavras hegemônicas regidas pelas ideologias dominantes.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo do presente trabalho é analisar de que forma a noção de gênero, construída socialmente, impacta a subjetividade de mulheres ocidentais que não reproduzem a feminilidade, pôde-se compreender que essas mulheres são diversas vezes confundidas com homens, possuem dificuldade para conseguir emprego por não se adequarem aos padrões estéticos da feminilidade e são mal-vistas na sociedade, recebendo às vezes até agressões. Tudo isso impacta na autoestima, na forma com que se enxergam, podendo vir a questionar, inclusive, se de fato são mulheres, apenas por não corresponderem ao que se espera de uma mulher.

Compreende-se ainda que o ser humano é um ser de relações, que impactam diretamente na sua subjetividade. A subjetividade dessas mulheres é construída em um contexto social específico, sendo este capitalista e patriarcal, o que influencia diretamente a forma como elas enxergam a si próprias, visto que, nessa sociedade, espera-se que a mulher utilize maquiagem, cabelos longos, roupas específicas como saias ou vestidos, se depile, entre outros aspectos físicos da feminilidade citados no capítulo 2 do presente trabalho. E, quando estas mulheres negam esses estereótipos, a sociedade, que exige que elas ajam e aparentem de forma a seguir o padrão de feminilidade, passa a enxergá-las de forma estranha.

Debate-se atualmente bastante sobre a questão do gênero, porém há uma necessidade de se atentar para estas mulheres, que não desejam ser encaixadas no gênero oposto, mas sim romper com os estereótipos criados para elas, sem que se necessite abdicar de ser mulher para tal, visto que, conforme analisado no capítulo 1, o sexo é uma questão biológica, enquanto o gênero seria a imposição desses papéis sociais.

É importante ressaltar que a feminilidade ou o gênero feminino tomam tempo, dinheiro e autonomia da mulher, por isso é importante que se debata a questão do abolicionismo de gênero, visto que se compreende que o mundo ideal seria um em que os papéis sociais, tanto para mulheres quanto para homens, não existiria. Entende-se que existem diferenças biológicas entre ambos, porém tais diferenças não seriam motivo para a dominação dos homens sob as mulheres e, não existindo esses papéis sociais,

mulheres não necessitariam reproduzir a feminilidade, logo, mulheres que não reproduzem a feminilidade não seriam tão julgadas na sociedade. Os aspectos físicos da feminilidade podem soar como uma causa pequena para se lutar contra enquanto há aspectos comportamentais e sociais, vistos no capítulo 2, mas ressalta-se que ambos se complementam e apenas a abolição de ambos enquanto sistema de poder podem retirar a dominação masculina.

Conforme visto no capítulo 3, a Psicologia Social busca uma visão comprometida com a realidade, compreendendo o ser humano enquanto possível transformador social, visando a conscientização das pessoas para que possam desvencilhar dos poderes hegemônicos e defende o resgate da historicidade. Tendo isso em vista, percebe-se que as mulheres têm capacidade de transformar sua realidade ao não seguir o que o poder hegemônico impõe, mesmo que isso tenha consequências, visto que nenhuma ação está fora de um contexto social.

A discussão do presente tema é importante para a Psicologia pois a questão do gênero atravessa todas as pessoas, portanto é indispensável que os psicólogos estejam preparados para lidar com mulheres que simplesmente não agem de acordo com os papéis estereotipados de gênero, acolhendo suas questões e compreendendo o impacto que esse atravessamento social causa nelas. Além disso, a Psicologia deve ter um comprometimento político, visto que se entende que nenhum ser humano está dissociado de uma realidade social, estando sempre sendo atravessados por diversos sistemas de opressão. Nesse sentido, aponta-se também a necessidade de se trabalhar mais as questões sociais no ambiente acadêmico, visto que questões de gênero, raça e classe, por exemplo, quase não são estudadas em sala de aula, o que leva, muitas vezes, os estudantes e futuros psicólogos a simplesmente repetirem o discurso hegemônico (muitas vezes preconceituoso) a respeito de certas questões sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo. Para uma caracterização da psicologia social brasileira. **Psicologia: ciência e profissão**. Rio de Janeiro. n. 32, p. 124-137, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XKf5CLJCJ4dtSPHSFBHzNcT/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18/09/2021.

ALÓS, Anselmo; OLIVEIRA, Amanda; OLIVEIRA, Juliana. A construção do sexo e do gênero. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 492-497, jan./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v32n1-2019-23>. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/50727>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ANTUNES, Romário. Maquiadora é barrada em clínica de depilação ao ser confundida com homem homossexual. **Meio Norte**. [S. l.], 22 jan. 2016. Polícia. Disponível em: <https://www.meionorte.com/policia/mulher-e-barrada-em-clinica-ao-ser-confundida-com-homem-homossexual-286373>. Acesso em: 30/10/2021.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. v. 1, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v. 2, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORSONELLO, Elizabeth; PERES, Rodrigo; PERES, William. A Esquizoanálise e a produção da subjetividade: considerações práticas e teóricas. **Psicologia em Estudo**. Assis, v. 5, n. 1, p. 35-43, mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/LTkCQWWnYQH5ChXMjqGBX7D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28/10/2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2019.

BRANDALISE, Camila. Da maquiagem às unhas: aéreas são condenadas por exigir padrões sem custear. **UOL**, [S. l.], 23 set. 2021. Universa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/09/23/companhias-aereas-sao-condenadas-a-pagar-gastos-com-maquiagem-e-unhas.htm>. Acesso em: 28/10/2021.

BRITO, Carlos. De cabelos curtos devido a quimioterapia, educadora relata agressão e ataque após ser confundida com homossexual no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de>

- janeiro/noticia/2018/11/24/de-cabelos-curtos-devido-a-quimioterapia-educadora-relata-agressao-e-ataque-homofobico-no-rio.ghhtml. Acesso em: 05/11/2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMERON, Debbie; SCANLON, Joan. Convergences et divergences entre le féminisme radical et la théorie queer. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 33, n. 2, p. 80-94, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3917/nqf.332.0080>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2014-2-page-80.htm>. Acesso em: 13/05/2021
- CARVALHO, Andressa; SOUZA, Carlivane; MACEDO, João. Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Currículos de Psicologia: Aproximações e Desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**. [S. l.], v. 40, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201972>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DnyMSGZXkjT5yKNBdFdSFGx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20/10/2021.
- CARVALHO, Carolina; LIMA, Paula. A Psicoterapia Sócio-histórica. **Psicologia: ciência e profissão**. São Paulo, n. 33, p. 154-163, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V3bMjf9VW6H8sDDRdfNwfDB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/10/2021.
- CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a Esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 25, p. 373-378, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dgLDtXKSwqS85RSQSJpRrZP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22/10/2021.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 7 ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**: Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELPHY, Christine. Rethinking sex and gender. **Women's Studies Internation Forum**. [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-9, jan./fev. 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(93\)90076L](https://doi.org/10.1016/0277-5395(93)90076L). Disponível: [https://libcom.org/files/rethinking\\_sex\\_gender\[1\].pdf](https://libcom.org/files/rethinking_sex_gender[1].pdf). Acesso em: 17/10/2021.
- DWORKIN, Andrea. **Woman hating**. New York: Dutton, 1974.
- ELA é confundida com homem e sofre com aparência: o drama de uma jogadora. **UOL**, São Paulo, 10 dez. 2017. Esporte. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2017/12/10/ela-e-confundida-com-homem-e-sofre-com-aparencia-o-drama-de-uma-jogadora.htm>. Acesso em: 28/10/2021.

FARR, Robert. **Raízes da psicologia social moderna**. 11 ed. [S. l.]: Vozes, jan. 2010.

FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis. v. 3, n. 19, p. 14-19, mar./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/?lang=pt>. Acesso em: 20/09/2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkrGkCBftnpY7qgHmzYCgd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/04/2021.

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and misogyny**: harmful cultural practices in the west. New York: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gender hurts**: a feminist analysis of the politic of transgenderism. New York: Routledge, 2014.

KRUGER, Helmuth. **Introdução a psicologia social**. São Paulo: E.P.U, 1986.

LANE, Silva. **O que é psicologia social**. Coleção primeiros passos 39. São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/139985/mod\\_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/139985/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf). Acesso em: 25/09/2021.

LATTANZIO, Felipe; RIBEIRO, Paulo. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409–425, set./dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/02.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LAURENTI, Carolina; OKA, Mateus. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 238-251, 2018. DOI: 10.1590/S0104-12902018170524. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/6DbV8gjdVXspsy5QQ7KHKRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08/04/2021.

LEÃO, André; SILVA, Bianca; BATISTA, Marília. As diferentes ondas do feminismo dentro da perspectiva da teoria da cultura do consumo (CCT). **13º Congresso Latino-Americano de Varejo e Consumo: After COVID-19: Building Purpose through Stakeholders in Retailing**, [S. l.], out./2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2020/paper/view/7464/2134>. Data de acesso: 23/04/2021.



LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

MIRANDA, Eduardo. Vereadora denuncia machismo e lesbofobia dentro da Câmara Municipal de Niterói (RJ). **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 08 jul. 2021. LGBTFOBIA. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/07/08/vereadora-denuncia-machismo-e-lesbofobia-dentro-da-camara-municipal-de-niteroi-rj>. Acesso em: 05/11/2021.

MOREIRA, Catarina. Determinação do sexo. **Rev. Ciência Elem.**, Lisboa, v. 1, n.1, jan. 2012. DOI: [doi.org/10.24927/rce2013.073](https://doi.org/10.24927/rce2013.073). Disponível em: <https://rce.casadasciencias.org/rceapp/pdf/2013/073>. Acesso em: 10/04/2021.

MULHER confundida com homem ganhará indenização de R\$ 57 mil. **Jusbrasil**, [S. l.], 2008. Espaço Vital.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Silvia. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647–654, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfrm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

NOGUEIRA, Daiany. Mulher tem provador invadido em loja de BH após segurança dizer que ela era um homem. **G1**. Belo Horizonte, 24 ago. 2021. Minas Gerais. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/24/mulher-tem-provador-invadido-em-loja-de-bh-apos-seguranca-dizer-que-ela-era-um-homem.ghtml>. Acesso em: 03/11/2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 5, p. 17-44, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROCHA, Cássio. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cadernos Pagu**. Belo Horizonte. n. 43, p. 507–516, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430507>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200507](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507). Acesso em: 21 maio 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, Cecilia. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social: diferentes olhares sobre o**

empoderamento das mulheres. Brasília, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018, Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 05/11/2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 14/04/2021.

SILVA, Elizabete. Feminismo Radical – pensamento e movimento. **Revista Textura**, Cruz das Almas, v. 3, n. 1, p. 24-34, jan./jul. 2008. Disponível em: <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/251/225>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Gervásio. A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 71, p. 48-63, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i3p.48-63>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n3/06.pdf>. Acesso em: 04/10/2021.

SOARES, Fábio. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. **Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 118-126, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1170>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Twgc3CKQfRwMrXjSnCvRgfN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14/09/2021.

SOTO, Ernesto; ZAPPA, Regina. **1968: Eles só queriam mudar o mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOUZA, Eloisio. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **RAC**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 308-326, maio/jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150185>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/NprSqjnqvb7F9WCtzYg9yMn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17/04/2021.

WITTIG, Monique. The category of sex. In: WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. New York: Beacon Press, 1992.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.